



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”

Autor: Aspirante - Aluno de Infantaria Carlos Alberto Machado Galhano

Orientador: Major de Infantaria Ricardo Alexandre Gomes Cristo

Lisboa, Agosto de 2009



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”

Autor: Aspirante - Aluno de Infantaria Carlos Alberto Machado Galhano

Orientador: Major de Infantaria Ricardo Alexandre Gomes Cristo

Lisboa, Agosto de 2009

DEDICATÓRIA

Ao Alberto,
À Conceição,
À Sandra.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho só foi possível graças a todos aqueles que fizeram questão de partilhar a sua sabedoria e experiência, e que me apoiaram ajudando-me a ultrapassar as dificuldades, permitindo a execução do presente Trabalho de Investigação Aplicada. Como tal, quero prestar aqui os meus agradecimentos:

Ao Major de Infantaria Cristo que, na qualidade de meu orientador, demonstrou o seu total empenhamento, preciosa orientação, constante disponibilidade e simpatia manifestada ao longo de toda a execução do trabalho e que em muito contribuíram para o produto final.

Ao Tenente – Coronel de Engenharia Couto, pela sua preciosa orientação no começo deste trabalho, e pela disponibilidade e preciosos contributos prestados na entrevista.

Ao Tenente – Coronel de Infantaria Afonso, Tenente – Coronel de Engenharia Serrano, Tenente – Coronel de Engenharia Santos, Major de Engenharia Quaresma, pela sua total disponibilidade, orientações e preciosos contributos prestados na entrevista.

Ao Major de Infantaria Campeão, Capitão de Infantaria Pires Ferreira, Capitão de Engenharia Gomes, pela sua total disponibilidade, orientações e preciosos contributos prestados.

A todos os meus amigos, pelo apoio e força prestados nos momentos mais precisos.

À minha namorada Cátia pela paciência, compreensão, carinho e ajuda, estando sempre a meu lado.

À minha Família, por serem o meu pilar de apoio, para que tudo isto se tornasse possível.

RESUMO

Os conflitos que marcam a actualidade são caracterizados pelo papel cada vez mais interviniente que a população tem no que respeita à estabilização e à implementação civil nas áreas afectadas. No espectro das novas operações não-artigo 5º, mais especificamente nas operações de apoio à paz, o comandante, no seu planeamento, deve ter em consideração todos os aspectos relacionados com os civis presentes no TO, criando as condições necessárias à cooperação entre a força militar e as autoridades civis, com o objectivo de apoiar o comandante no cumprimento da missão, assim como, alcançar uma estabilidade duradoura na região, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população e crescente aceitação da força no TO.

Este trabalho de investigação aplicada visa o estudo da Cooperação Civil-Militar, assim como os seus conceitos emergentes, nas operações de apoio à paz. Como tal, numa primeira fase, a metodologia empregue baseou-se na revisão da literatura, onde fazemos um enquadramento e caracterização das operações de apoio à paz e onde apresentamos a CIMIC e os seus conceitos emergentes com base na doutrina OTAN. Numa segunda fase, fazemos uma análise à forma como a CIMIC se encontra articulada no seio da OTAN e como decorre durante as fases de uma operação não-artigo 5º. Posteriormente, examinamos o caso nacional em duas vertentes, em que na primeira apresentamos a estrutura CIMIC, consubstanciada na Companhia Geral CIMIC, verificando a evolução ocorrida desde a sua fase de concepção, assim como os objectivos que pretende alcançar. Numa segunda vertente, analisamos o trabalho que as nossas FND realizaram no TO da UNIFIL, nomeadamente na área CIMIC, apurando o impacto que está a ter na população.

Por fim, chegou-se à conclusão da importância que a CIMIC tem no seio da OTAN na condução das operações não-artigo 5º, assim como das capacidades CIMIC a nível nacional onde se verifica o desenvolvimento nesta área, comprovando-se com a execução de acções CIMIC nos TO da UNIFIL, que prestaram um contributo precioso a Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: CIMIC, COMPANHIA GERAL CIMIC, OPERAÇÕES NÃO-ARTIGO 5º, AUTORIDADES CIVIS, FND.

ABSTRACT

The conflicts that make the headlines nowadays are characterized by an increasingly concerned role of the population in relation to stabilization and civil implementation in afflicted areas. Regarding new operations in non-article 5, especially in peace-support operations, the commander in his planning should take into account all the aspects of the civilians in the TO, giving conditions for cooperation between military and civilian authorities with the aim of establishing the necessary means for the mission fulfillment and creating conditions for achieving lasting stability in the region, contributing for the improvement of ways of living and growing acceptance of force in TO.

The aim of this research work is the study of Civilian-Military Cooperation, as well their emerging concepts in peace-support operations. As such, the methodology used was based initially on a bibliographical review where we do a framework and a characterization of peace operations and where we present the CIMIC and its emerging concepts based on NATO doctrine. Secondly, we analyze the way the CIMIC is articulated within NATO, and how it works through all stages of an operation non-article 5. Then, we discuss a national case in two ways: first, we analyze the CIMIC structure embodied in General CIMIC Company monitoring the developments since its conception phase as well as the goals that are purposed to achieve. In a second part, we evaluate the work that our FND made at UNIFIL respectively in the CIMIC area, verifying the positive impact it is having on population.

At the end, we get to the conclusion of the importance of CIMIC within NATO in conducting operations in non-article 5 as well as CIMIC capabilities at national level where there is a development in this area, proving the implementation of CIMIC in TO of UNIFIL, which provided a valuable contribution to Portugal.

Key Words: CIMIC, CIMIC Company, Non – Article 5 Operations, Civilian Authorities, FND.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE SIGLAS	XII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....	4
1.1. A OTAN E AS OPERAÇÕES ARTIGO 5º	4
1.2. OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE / NÃO - ARTº5.....	5
1.3. TIPOLOGIA DAS CRO	6
1.3.1. OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ (OAP):	6
1.3.2. OUTRAS OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE:.....	6
1.4. PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ	7
CAPÍTULO II - A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR, CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	9
2.1. ENQUADRAMENTO.....	9
2.2. DEFINIÇÃO	10
2.3.FINALIDADES	10
2.3.1. FINALIDADE IMEDIATA	10
2.3.2. FINALIDADE DE MÉDIO PRAZO	10
2.3.3. FINALIDADE DE LONGO PRAZO	10
2.4. FUNÇÕES PRINCIPAIS	10
2.4.1. LIGAÇÃO CIVIL – MILITAR	11
2.4.2. APOIO À ESTRUTURA CIVIL.....	11
2.4.3. APOIO À FORÇA.....	11
2.5. PRINCÍPIOS DA CIMIC	11

2.5.1. PRINCÍPIOS DE NATUREZA MILITAR	12
2.5.2. PRINCÍPIOS DE RELACIONAMENTO CIVIL – MILITAR.....	13
2.6. NÍVEIS DE CONDUÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	14
2.7. CAPACIDADES FÍSICAS DA COOPERAÇÃO CIVIL – MILITAR.....	14
2.8. A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR COMO CAPACIDADE CONJUNTA.....	14
2.9. ESTRUTURAS CIMIC NA OTAN.....	15
CAPÍTULO III - A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NA OTAN EM OPERAÇÕES NÃO – ARTIGO 5º	16
3.1. A CIMIC NA OTAN	16
3.2. FACTORES PARTICULARES NA CIMIC EM OPERAÇÕES NÃO-ARTIGO 5º	17
3.2.1. SUCESSO DA RESPOSTA	17
3.2.2. HARMONIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS CIVIS E MILITARES	18
3.3. PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DO COMANDANTE	19
3.4. O PROCESSO.....	19
3.4.1. ESTABELEECER A COMUNICAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES CIVIS, O MAIS CEDO POSSÍVEL	19
3.4.2. IDENTIFICAÇÃO DO “VAZIO”	20
3.4.3. CRIAÇÃO DAS CAPACIDADES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO.....	20
3.4.4. IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE TRANSIÇÃO	20
3.4.5. EVITAR A DEPENDÊNCIA	21
3.4.6. COORDENAÇÃO NACIONAL DE ACTIVIDADES CIMIC.....	21
3.5. TAREFAS GERAIS DA CIMIC NAS FASES DAS OPERAÇÕES MILITARES	21
3.6. TAREFAS CIMIC NAS FASES DE UMA OPERAÇÃO NÃO-ARTIGO 5º	22
3.6.1. FASE PRÉ – OPERACIONAL	22
3.6.2. FASE OPERACIONAL	22
3.6.3. FASE DE TRANSIÇÃO.....	23
3.7. O IDEAL DA CIMIC NAS OPERAÇÕES NÃO – ARTIGO 5º.....	24
3.8. SÍNTESE	25
CAPÍTULO IV - COMPANHIA GERAL CIMIC.....	26
4.1. INTEGRAÇÃO DO PLANEAMENTO CIMIC OTAN EM PORTUGAL.....	26

4.2. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA COMPANHIA GERAL CIMIC	27
4.2.1. 1º CURSO CIMIC PARA OFICIAIS.....	28
4.2.2. EXERCÍCIO <i>ARMAGEDDON 2007</i>	29
4.2.3. EXERCÍCIO <i>ARMAGEDDON 2009</i>	30
4.2.4. MISSÃO E POSSIBILIDADES.....	30
4.3. ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA COMPANHIA GERAL CIMIC.....	32
4.3.1. INTEGRAÇÃO DE UM EFECTIVO NAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS.....	32
4.4. RECONHECIMENTO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS NUM TO	33
4.5. PROBLEMAS LEVANTADOS À CGERCIMIC	34
4.6. SÍNTESE	34
CAPÍTULO V - O CONTRIBUTO PORTUGUÊS, NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA UNIFIL.....	35
5.1. ORIGEM DO CONFLITO E CRIAÇÃO DA UNIFIL (<i>UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON</i>).....	35
5.2. PARTICIPAÇÃO NACIONAL NA UNIFIL	36
5.2.1. Missão.....	37
5.3. UNIDADE DE ENGENHARIA Nº1.....	37
5.3.1. ESTRUTURA CIMIC.....	37
5.3.2. ACÇÕES CIMIC DESENVOLVIDAS.....	38
5.3.3. RESULTADOS OBTIDOS	38
5.4. UNIDADE DE ENGENHARIA Nº 5.....	39
5.4.1. ACÇÕES CIMIC DESENVOLVIDAS.....	39
5.4.2. RESULTADOS OBTIDOS	40
5.5. SÍNTESE	40
CONCLUSÕES	42
BIBLIOGRAFIA.....	46
APÊNDICES.....	50
APÊNDICE A – GUIÃO DA ENTREVISTA 1 – COMPANHIA GERAL CIMIC.....	51
APÊNDICE B – ENTREVISTA 1	52
APÊNDICE C – ENTREVISTA 2	54

APÊNDICE D – GUIÃO DA ENTREVISTA 2 – COMPANHIA GERAL CIMIC.....	56
APÊNDICE E – ENTREVISTA 3.....	57
APÊNDICE F – GUIÃO DA ENTREVISTA 3 – FND NA UNIFIL.....	61
APÊNDICE G – ENTREVISTA 4	62
ANEXOS	69
ANEXO I – O SURGIMENTO DA OTAN	70
ANEXO II – CAPACIDADES FÍSICAS DA COOPERAÇÃO CIVIL – MILITAR	71
ANEXO III – CIMIC GROUP SOUTH.....	74
ANEXO IV – TAREFAS GERAIS DA CIMIC NAS FASES DAS OPERAÇÕES MILITARES	75
ANEXO V – DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DA CGERCIMIC	78
ANEXO VI – FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS NA UNIFIL.....	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Relação entre as actividades civis e militares em operações Não – Artigo 5º	23
Figura 2: Exemplo ilustrativo do desenrolar de uma operação CIMIC em operações Não - Artigo 5º	24
Figura 3: Quadro Orgânico de Pessoal da CGerCIMIC.....	32
Figura 4: Capacidades Físicas da CIMIC.....	71
Figura 5: Divisão do Estado Maior nos diferentes níveis	72
Figura 6: Organização do J9.....	72
Figura 7: Estrutura do Grupo CIMIC Sul	74
Figura 8: Quadro Orgânico de Pessoal e Material	78
Figura 9: Mapa do TO da UNIFIL, página oficial da UNIFIL	80
Figura 10: Ligação com as autoridades civis	80
Figura 11: Ligação com as autoridades civis	81
Figura 12: Rastreio Clínico em SHAMA	81
Figura 13: Prevenção Oral em ALMA CHAAB	81
Figura 14: Construções em ALMA CHAAB	82
Figura 15: Encerramento da Construção Parque Público em NAQOURA.....	82

LISTA DE SIGLAS

A

AJP	Allied Joint Publication
AOR	Area Of Responsibility
APP	Allied Procedural Publication
ATP	Allied Tactical Publication

B

BiH	Bósnia e Herzegovina
-----	----------------------

C

CA	Civil Affairs
CCOE	CIMIC Centre of Excellence
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CGerCIMIC	Companhia Geral CIMIC
CGN	CIMIC Group North
CGS	CIMIC Group South
CIMIC	Cooperação Civil – Militar
CIS	Communications and Information Systems
CMA	Civil Military Affairs
CO	Comando Operacional
CREVAL	Combat Readiness Evaluation
CRO	Crise Response Operation

E

EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas

EOD	Explosive Ordinance Deposited
EUA	Estados Unidos da América
F	
FA	Forças Armadas
FG	Force Goal
FGC	Force Goal Cicly
FGP	Force Goal Planning
FND	Força Nacional Destacada
FOC	Full Operational Capacity
FP	Force Proposals
FRI	Força de Reacção Imediata
FTX	Field Training Exercise
I	
IFOR	Implementation Force
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
L	
LIVEX	Live Exercise
M	
MAS	Military Agency for Standardization
MC	Military Committee
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MG	Ministerial Guidance
N	
NAC	North Atlantic Council
NA5CRO	Non-Article 5 Crise Response Operations
NEP	Normas de Execução Permanente
NRF	NATO Response Forces
NU	Nações Unidas
O	

OB	Ordem de Batalha
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organizações Não – Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSCE	Organization for Security and Cooperation in Europe
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PE	Peace Enforcement
PFN	Plano de Formação Nacional
PK	Peace Keeping
PSO	Peace Support Operations
PSF	Peace Support Force
PSYOPS	Operações Psicológicas

Q

QG	Quartel General
QOM	Quadro Orgânico de Material
QOP	Quadro Orgânico de Pessoal

R

RE1	Regimento de Engenharia1
-----	--------------------------

S

SACEUR	Supreme Allied Commander Europe
SAR	Search and Rescue
SC	Strategic Commands
SFOR	Stabilization Force
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe

T

TO	Teatro de Operações
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos

U

UnEng Unidade de Engenharia

UNIFIL United Nations Interim Force in Lebanon

INTRODUÇÃO

A natureza e o espaço das modernas operações militares fornecem desafios significativos através da intervenção em todo o espectro de conflito ou crise. Para preparar e equipar as forças para estes desafios, é importante considerar e permitir a dimensão civil no processo de planeamento militar.

Com o final da Guerra Fria, iniciou-se um período de incerteza e maior instabilidade, onde os conflitos locais sobressaíram no cenário internacional, pois, embora não ameaçando directamente os países ocidentais, não contribuem para uma paz global e põe em causa a segurança internacional. Estes conflitos são caracterizados muitas vezes pela degradação ou inexistência total de autoridade civil, destruição da economia, rivalidades e ódio étnico, grande número de pessoas deslocadas e de refugiados e muitas violações dos direitos do homem.

Este tipo complexo de emergências atrai numerosas organizações civis, internacionais e não governamentais, que procuram ajudar numa vasta gama de tarefas políticas, humanitárias, económicas e sociais. (Noticias da OTAN, 1998)

Sendo a população parte integrante neste tipo de conflitos e guerras, são muitas vezes utilizados como meio para atingir determinados fins, e é neste ambiente complexo que a própria natureza das operações militares implica que a ponte de ligação entre organizações civis e militares seja cada vez mais necessária com o objectivo de alcançar o sucesso da missão.

Enquadramento

No actual cenário, com a emergência das Operações de Resposta à Crise/ Operações não - artigo 5º e, particularmente, nas Operações de Apoio à Paz, a CIMIC ganhou um papel importante, no entanto, o objectivo da CIMIC não é levar a força militar a substituir-se às estruturas civis, mas sim tornar-se num pilar principal para apoiar o desenvolvimento das sociedades flageladas pelos conflitos, tornando-se num elemento fulcral para o reconhecimento das forças que actuam no TO e constituindo-se como elemento facilitador ao cumprimento da missão, sendo este o farol que guia todo o planeamento da acção CIMIC.

Justificação do Tema

A opção por este tema surge pelo facto de a Cooperação Civil – Militar estar em voga nos dias que correm, mas, fruto da divulgação inexistente no nosso país, leva muitas vezes

a percepções erradas acerca da importância extrema que a CIMIC tem nos conflitos actuais, mais precisamente nas Operações de Apoio à Paz.

Como tal, achamos que é primordial o estudo deste tema, contribuindo para uma melhor e actual capacidade CIMIC nas FA portuguesas.

Objectivo de Investigação

Como objectivo de investigação deste trabalho pretende-se estudar os conceitos emergentes, analisar o que já foi feito por Portugal no âmbito da CIMIC, bem como o contributo dado pelas Forças Nacionais Destacadas neste assunto, terminando com propostas claras para a melhoria das capacidades CIMIC a nível nacional.

Delimitação do Tema

Perante a necessidade de se conseguir a objectividade necessária à validação do trabalho, houve a necessidade de delimitar a pesquisa. Deste modo, por entendermos ser o mais adequado, vamos analisar apenas a doutrina nacional que é proveniente da doutrina conjunta da OTAN. Relativamente ao caso nacional, iremos incidir a nossa pesquisa não sobre toda a estrutura CIMIC criada no nosso país, mas apenas à Componente Operacional, que se traduz na Companhia Geral CIMIC. No que concerne às Forças Nacionais Destacadas, decidimos analisar o seu contributo na área da CIMIC exclusivamente no Teatro de Operações da UNIFIL.

Objectivos

Face à imensidão de questões levantadas que o próprio tema sugere, procurou-se circunscrevê-lo, definindo uma questão central, que é: *Qual a importância que as operações CIMIC têm nas Operações Não – Artigo 5º?*

Analisando a questão central, foram levantadas as seguintes questões derivadas:

- *Onde termina a missão de um comandante de uma força CIMIC e onde se inicia o trabalho das autoridades civis?*
- *Deve a Companhia Geral CIMIC integrar com uma FND?*
- *Qual a importância dos trabalhos realizados pela Unidades de Engenharia para o desenvolvimento das actividades CIMIC no Líbano?*

Após esta fase, e após reflexão sobre as questões derivadas, foram levantadas as seguintes hipóteses, que vão nortear todo o trabalho:

- H1 - Nas fases de actuação das forças CIMIC numa operação Não – artigo 5º, a fase de transição é responsável pela troca de responsabilidades entre o comandante da força e a autoridade civil.

- H2 - A CGerCIMIC está certificada a nível nacional e, como tal, está preparada para actuar num TO dentro das suas possibilidades.
- H3 - As acções CIMIC realizadas pelas Unidades de Engenharia no Líbano tiveram um impacto positivo na população, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Metodologia

A metodologia utilizada vai assentar fundamentalmente numa pesquisa documental, baseada em publicações, artigos de revistas e *sítes* da internet, complementada com a execução de algumas entrevistas a personalidades que estão ou estiveram relacionadas directamente com o assunto específico a tratar, e que, face à sua experiência, possam contribuir para as questões abordadas.

A resposta a cada pergunta derivada e conseqüente validação da hipótese será dada no final de cada capítulo respectivo, consoante o tema a ser tratado.

Para a validação das hipóteses usou-se a comparação de conceitos de vários autores, utilizando o método indutivo, mas foi com base nas entrevistas realizadas bem como a análise dos relatórios finais de missão do Líbano que teve uma maior relevância na validação das hipóteses, não esquecendo as conversas informais que tiveram um papel importante para a aquisição de conhecimentos.

Síntese dos Capítulos

Com o objectivo de dar resposta às questões levantadas anteriormente, o estudo será organizado numa introdução e cinco capítulos, apresentando-se por último as conclusões. No primeiro capítulo, faremos um enquadramento do surgimento da OTAN, analisando as características das operações artigo 5º e não – artigo 5º. No segundo capítulo, daremos a conhecer a doutrina nacional CIMIC que se consubstancia na doutrina OTAN, de modo a compreendermos muitos dos conceitos aqui abordados. No terceiro capítulo, vamos abordar a formar como a CIMIC se articula dentro das operações não – artigo 5º, compreendendo todas as tarefas CIMIC a realizar dentro destas operações. No quarto capítulo, iremos ver o caso nacional, analisando os aspectos relativos à Companhia Geral CIMIC.

Por último, teremos as conclusões onde, fruto da análise dos aspectos mais relevantes deste trabalho, permitirá responder à questão central e, deste modo, atingir os objectivos definidos, apresentando os mesmos sob a forma de conclusões.

CAPÍTULO I - AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

Para que possamos analisar o emprego da CIMIC no âmbito das Operações de Apoio à Paz, é fundamental explicar e compreender o modo como estas se articulam no seio da OTAN¹.

Assim, será seguida a doutrina da OTAN onde neste primeiro capítulo, por julgarmos ser o mais adequado, é importante ter uma breve noção de como surgiu na OTAN as operações art. 5º e não-art. 5º².

Dentro das operações não-art. 5º, vamos ver o enquadramento das Operações de Apoio à Paz, como está dividida e os princípios pelos quais se orienta.

1.1. A OTAN e as Operações Artigo 5º

A OTAN surge em 1948, devido ao sentimento de insegurança que se vivia na Europa fruto do aparecimento de uma potência militar - a URSS - que se revelou após a 2ª Guerra Mundial, e devido ao fracasso do tratado de Bruxelas³, que tinha como objectivo a criação de um grupo capaz de fazer frente a qualquer ataque proveniente da URSS.

Face a este panorama de ameaça, a 18 de Março de 1949 é ratificado o tratado do Atlântico Norte entre os países do anterior tratado de Bruxelas, juntamente com os EUA, Canadá, Irlanda, Dinamarca, Itália, Noruega e Portugal.

O acordo feito entre estes países de ambos os lados do Atlântico tinha por objectivo⁴ a criação de um sistema de defesa colectiva capaz de se opor à pressão militar e política, e evitar o alargamento da URSS à Europa de Leste e outras regiões do continente.

E é na base deste acordo que é contemplado o art. 5º, que faz referência à defesa colectiva dos países membros recorrendo, se necessário, ao uso da força armada:

¹Consultar Anexo I - O surgimento da OTAN

²Mais conhecidas por CRO (Crise Response Operations)

³Os países que assinaram o Tratado de Bruxelas foram: Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e Reino Unido, constituindo a União Europeia Ocidental (UEO) que se desenvolveu paralelamente à OTAN ao longo dos tempos

⁴“Objectivo da Aliança é o de salvaguarda da liberdade e segurança de todos os seus membros, através de meios políticos e militares, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. Apoiando-se em valores comuns de democracia, de respeito pelos direitos do homem e na primazia do direito, a Aliança empenha-se desde a sua criação em instaurar uma ordem pacífica, justa e duradoura na Europa.” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005)

“As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.” (NATO, 2001)

1.2. Operações de Resposta à Crise / Não - Artº5

O Sistema Internacional actual é caracterizado pelo desenvolvimento de tensões e conflitos de ordem regional. Nestes conflitos são invocadas diferenças religiosas, étnicas, imperando o cego Nacionalismo, conduzindo a conduta dos beligerantes à violação dos Direitos Humanitários. Estas tensões levam à instabilidade política e social; movimentos migratórios de grandes escalas, criando os grandes e miseráveis campos de refugiados; acções de terrorismo levando à morte de inocentes; desastres ecológicos (EME, 2005).

Para fazer face a esta ameaça, os Estados têm reunido esforços no sentido de se atingir a cooperação e a Paz mundial, reduzindo desta forma a instabilidade criada nas regiões onde o conflito está bem presente, e onde a população inocente aclama por melhores condições de vida e por um sistema equitativo, onde a segurança é palavra de ordem.

O papel das Forças Armadas no combate a este tipo de conflitos é fulcral, evitando o escalar da violência e conseqüente propagação, assim, face ao objectivo de “salvaguarda da liberdade e segurança de todos os membros através de meios políticos e militares” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005), foi adicionado o contributo para a paz e a estabilidade na área Euro - Atlântica, face aos riscos⁵, crises e conflitos que aí potencialmente possam vir a afectar a segurança. O novo conceito estratégico de 1999 enuncia:

“Procurando concretizar a sua política de prevenção de Paz, de prevenção da Guerra e de aumento de estabilidade e segurança, a NATO [OTAN] deverá procurar, em cooperação com outras Organizações, evitar os conflitos ou, caso surja uma crise, contribuir para a sua gestão efectiva em consonância com a Lei Internacional, inclusive através da possibilidade de levar a cabo operações de resposta a crises Não – Art.5.º” (MDN, 1999, pag. II-19)

É através desta evolução que surgem as operações Não - Artigo 5º⁶(NA5CROs) ou mais conhecidas por Operações de Resposta a Crises, definidas como:

“...As Operações de Resposta a Crises podem ser descritas como operações multifuncionais que abrangem actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a

⁵ “Desaparece a anterior ameaça sendo substituída por novos riscos de segurança, incertos e instáveis, alargando-se os interesses de segurança a factores políticos, económicos, sociais e ambientais, que podem ser afectados por actos de terrorismo, sabotagem, crime organizado e ruptura de fornecimentos em recursos vitais.” (MDN, Conceito Estratégico da NATO de 1999 evolução desde 1968, 1999, pag. I - 10)

⁶ Designam-se por operações Não - Artigo 5º porque não estão contempladas na tipologia de operações descritas no Tratado de Washington e porque vão para além da área de actuação definida neste mesmo artigo.

lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises (EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005, pag. 14-2) ”.

Em suma, o objectivo das CRO é, através das forças militares da aliança e com o apoio das ONG, actuarem em áreas onde decorrem conflitos ou crises e, conseqüentemente, resolverem os problemas existentes, através do diálogo e do entendimento das partes em conflito, de forma a alcançarem uma paz auto-sustentável e, deste modo, um estado democrático.

No entanto, para os países membros da OTAN, a participação em CRO não se constitui como uma obrigação, ao contrário do que se sucede com as operações art.º 5, onde os países membros estão comprometidos a actuar, tendo em vista a restauração da paz e segurança na área do Atlântico Norte.

1.3. Tipologia das CRO

Na continuação do nosso trabalho, vamos agora analisar os diferentes tipos de CRO que existem, isto para que haja um completo entendimento sobre onde se inserem as PSO e a forma como se dividem.

Sendo assim, as CRO, que também podem ser denominadas de *NA5CRO*, e de acordo com EME (2005), dividem-se nos seguintes subtipos:

1.3.1. Operações de Apoio à Paz (OAP):⁷

- Manutenção de Paz (*Peacekeeping - PK*);
- Imposição da Paz (*Peace Enforcement - PE*);
- Prevenção de Conflitos (*Conflict Prevention*);
- Restabelecimento da Paz (*Peacemaking*);
- Consolidação da Paz (*Peacebuilding*);
- Operações Humanitárias (*Humanitarian Operations*);

1.3.2. Outras Operações de Resposta à Crise:

Apoio às Operações Humanitárias:

- Assistência a Deslocados e Refugiados;
- Operações Humanitárias;
- Apoio à Assistência em situação de Catástrofe;

⁷ Ver (EME, Regulamento de Campanha – Operações 2005) - Para mais informações sobre os vários tipos de OAP.

- Busca e Salvamento (Search and Rescue - SAR);
- Apoio a Operações de Evacuação de Não-Combatentes;
- Operações de Extracção;
- Apoio às Autoridades Civas;
- Imposição de Sanções e Embargos.

1.4. Princípios das Operações de Apoio à Paz

Os princípios orientadores deste tipo de operações são os mesmos que regulam as operações não-art.5º, no entanto, estas operações, devido ao seu grau de especificidade, integram em si mais três princípios sendo eles a Imparcialidade, o Consentimento e a Limitação do uso da força.

Estes princípios vão permitir aos responsáveis pelo planeamento da operação e por aqueles que a vão executar uma correcta avaliação do ambiente operacional, das características da operação e do estado final que tiver sido definido para a operação. (EME, 2005)

De acordo com o Regulamento de Campanha – Operações (EME, 2005), temos como princípios:

- **Imparcialidade**

A imparcialidade tem com finalidade atingir a confiança e a cooperação das partes em conflito, sendo uma característica fundamental que as forças de apoio à paz (PSF) devem levar consigo nas operações. No entanto, este principio deve fazer parte não só das mentes de quem contribui para a cooperação, mas sobretudo nas partes beligerantes, isto porque, perante situações em que a PSF é obrigada a recorrer ao uso da força face a uma situação complexa, deve ser entendido por todos os intervenientes no conflito que a PSF agiu pela acção que a parte beligerante teve ao não cumprir com o mandato pré-estabelecido, e não apenas por pertencerem a uma das facções em conflito.

Como tal, a imparcialidade visa a obtenção de uma atmosfera de credibilidade em torno do processo de paz, devendo demonstrar na sua conduta firmeza e tenacidade na prossecução dos objectivos planeados.

- **Consentimento**

O consentimento é essencial para se atingir o estado final político, mas para que este princípio esteja presente quer a nível das autoridades civis e políticas, quer ao nível da

população é necessária uma cooperação activa das partes, tendo em vista um período de paz prolongado e auto-sustentado.⁸

- **Limitação do uso da Força**

Este princípio tem o seu fundamento no uso mínimo da força, sendo que perante situações em que a PSF tenha de recorrer ao uso da força terá de agir segundo as regras de empenhamento estabelecidas e ainda deverá ser usada de forma apropriada⁹, proporcional e dirigida¹⁰, isto para que sejam minimizados os danos colaterais¹¹ e evitar as baixas civis que, no caso de este facto ocorrer, a força poderá perder toda a sua credibilidade comprometendo a operação.

⁸“O consentimento e cooperação devem ser incentivados ao longo do tempo e a gestão do consentimento passa também, se necessário, pela utilização de influência política, sanções ou ameaça do uso da força.” (EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005, cap.14, pag.8)

⁹ Porque não existe outra solução. (EME, Regulamento de Campanha – Operações 2005)

¹⁰ Sobre quem ameace, a fim de evitar a crise ou escalada de tensão. (EME, 2005)

¹¹ Prejuízo involuntário causado a populações civis durante operações militares. (Dicionário da Porto Editora, 2008)

CAPÍTULO II - A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR, CARACTERIZAÇÃO GERAL

“In November (1995) we had never heard of CIMIC, we had no idea what you did... now we can't live without you.”

Almirante Leighton Smith

Comandante da IFOR, Abril 1996¹²

Este capítulo tem como finalidade dar a conhecer aos leitores o significado do que é a Cooperação Civil – Militar e a forma como ela se organiza dentro da OTAN.

Assim, será seguida a doutrina OTAN e, por acharmos o mais indicado, iremos falar no conceito de Cooperação Civil – Militar (CIMIC), suas características essenciais que envolvem toda a actividade CIMIC.

A realização deste capítulo teve como fonte principal o manual Português *Regulamento de Campanha e Operações* do EME, e ainda do manual da doutrina OTAN AJP – 09.

2.1. Enquadramento

A natureza e o espaço das operações militares modernas fornecem desafios significativos no desenrolar normal de uma operação: falamos, entre outros, da dimensão civil que no processo do planeamento militar tem cada vez mais o seu papel decisivo para o cumprimento da missão.

Particularmente, quando falamos de OAP, onde as considerações de natureza civil podem impor restrições à actuação militar, no entanto se houver um acordo entre os objectivos do comandante da força, os da população assim como os das instituições civis da área, há possibilidade de a missão ser bem sucedida sem recorrermos ao uso da força ou mesmo da ameaça à sua utilização. (Serafim, 1999)

¹² Notícias da OTAN, 1998, pag.24

2.2. Definição

Ao falarmos de CIMIC temos de ter bem presente a sua definição, onde, segundo a doutrina Portuguesa, a CIMIC é definida como “a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os actores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências.” (EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005, cap. 8 pág. 1)

Por outras palavras “a CIMIC consiste em todas as medidas tomadas entre os Comandantes OTAN e as autoridades nacionais de um país, incluindo militares e civis, organizações de voluntários, e outras autoridades.” (DUARTE, 2008, pag.7)

Analisando a definição de CIMIC, podemos enunciar algumas características que podem ser determinantes na compreensão deste conceito.

Primeiro, a CIMIC como termo deve ser entendida como uma operação militar, cuja missão é a coordenação e cooperação entre a força militar e os actores civis, e que tem como objectivo principal o apoio ao cumprimento da missão. Por isso na CIMIC o factor militar deverá ser supremo e não deve ser entendida meramente como uma cooperação civil-militar.

Em segundo lugar, a CIMIC, como objectivo principal, não tem em vista facilitar a ajuda humanitária que é dada pelas OI ou ONG, pois não há qualquer intenção de fazer o seu “trabalho” mas apenas de cooperar com estas entidades.

2.3.Finalidades

Em relação ao fim a que a CIMIC se destina, esta divide-se em três finalidades que se complementam entre si. Segundo o EME, 2005 são:

2.3.1. Finalidade Imediata

Como fim imediato, a CIMIC preocupa-se em estabelecer e manter uma cooperação eficiente entre o comando da força militar e os vários actores civis, de modo a criar condições e vantagens para o cumprimento da missão.

2.3.2. Finalidade de Médio Prazo

A médio prazo, a CIMIC deverá procurar manter as condições criadas inicialmente, contribuindo desta forma para que o estado final desejado para a operação seja cumprido.

2.3.3. Finalidade de Longo Prazo

A longo prazo, a CIMIC irá contribuir para a criação e manutenção das condições que possibilitem alcançar uma solução final para as crises.

2.4. Funções Principais

A função da CIMIC é estabelecer as melhores condições possíveis para a condução das operações militares, minimizando eventuais acontecimentos que possam afectar a

missão (REHSE, 2004), através do apoio proveniente dos actores civis e do reconhecimento da força militar.

Iremos agora descrever as principais funções que a CIMIC cumpre tendo em vista o apoio à missão. Segundo o EME 2005, as funções são a Ligação Civil – Militar, o Apoio à Estrutura Civil, o Apoio à Força, o Apoio Interno e o Apoio à Política Externa de Portugal. Vamos então descrever as funções CIMIC, que têm ligação directa com as OAP.

2.4.1. Ligação Civil – Militar

A ligação Civil – Militar entende-se como “o conjunto de relações que se estabelecem em tempo de paz, de crise ou de guerra, entre as forças militares e as autoridades, organizações e população civil” (aulas CIMIC, CEMC, 2008).

Esta ligação entre a força militar e a autoridade civil tem em vista alguns objectivos como a criação de um clima de confiança, garantir a liberdade de acção, coordenar as acções civis que vão decorrer, assegurar uma comunicação efectiva, garantir a legitimidade da missão e garantir o apoio à população (aulas CIMIC, CEMC, 2008). Estas relações têm como finalidade assegurar a coordenação necessária para facilitar o planeamento e a execução das operações militares.

2.4.2. Apoio à Estrutura Civil

Esta função é caracterizada por um largo espectro de actividades CIMIC, que vão desde os procedimentos que permitem a troca de informação ao nível local, até a reparações e reconstruções de infra-estruturas (EME, 2005). Estas tarefas só serão executadas caso as organizações civis não possuam meios para as cumprir e as mesmas tarefas contribuam para o cumprimento da missão.

2.4.3. Apoio à Força

O apoio à força prende-se com situações em que a força que está a actuar no terreno necessita de apoio por parte da população civil para a obtenção de recursos e informações das autoridades civis para assegurar a sua liberdade de acção no terreno em segurança (EME, 2005). No entanto, é de evitar qualquer tipo de controlo civil sobre a operação militar que estiver a decorrer, podendo comprometer toda a operação.

2.5. Princípios da CIMIC

Os princípios da CIMIC são regras gerais que influenciam a conduta das operações. Segundo o EME, 2005 estes princípios dividem-se em 2 grupos:

- Princípios de Natureza Militar
- Princípios de relacionamento Civil – Militar

2.5.1. Princípios de Natureza Militar

Estes princípios¹³ orientam os processos militares internos, que são responsáveis pelo desenvolvimento do plano CIMIC e a forma como são executados.

- **Primado da Missão**

“As operações ou actividades CIMIC são conduzidas em apoio de uma missão militar e os militares, que as cumprem, não deverão nunca esquecer o objectivo proposto que é sempre prioritário” (EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005, Cap.8,pag. 806-a).

No entanto, as equipas CIMIC quando em actividade por vezes são confrontadas com privações humanas chocantes, que levam a que a pressão sobre estas equipas seja intensa, podendo levá-las a tomar decisões moralmente louváveis¹⁴, mas que não contribuam para o sucesso da missão.

- **Comando**

É da responsabilidade do comandante a direcção das operações e actividades CIMIC, como tal, o impacto das operações militares no ambiente civil deverá ser uma preocupação no planeamento dos comandantes. (CITOAP, 2001)

Desta forma será possível definir prioridades e dirigir as operações e actividades CIMIC, mantendo a eficácia militar sem provocar o aumento desnecessário do sofrimento civil.

- **Economia**

Uma das preocupações que os comandantes devem ter é a minimização do uso dos meios militares em apoio das populações e autoridades civis, fazendo uso para este efeito dos próprios meios civis em prol das operações militares¹⁵. (EME, 2005)

No entanto, as actividades CIMIC são muitas vezes realizadas em zonas onde a população civil sofre de graves carências, nomeadamente no que diz respeito às infra-estruturas adequadas e a falta de artigos e bens essenciais. (NUNES, 2003)

Face a este cenário e proveniente da vontade de querer resolver estes problemas, poderá se levar à exaustão dos recursos necessários à condução das operações militares.

- **Priorização e Concentração de Recursos**

“Os recursos disponíveis para a CIMIC serão por norma limitados, por isso, deverão ser concentrados nas tarefas fundamentais para o sucesso da missão.” (EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005, Cap. 8, 806-d)

É esta concentração de recursos num só objectivo que vai permitir melhorar a percepção civil acerca da força militar e demonstrar a sua determinação em agir no interesse civil.¹⁶

¹³ Estes princípios baseiam-se em processos estritamente militares que devem ser observados no processo de decisão das operações em geral e nas de CIMIC em particular (EME, 2005).

¹⁴ No sentido de aliviar o sofrimento dessas pessoas, como característica normal do ser humano.

¹⁵ Na utilização de meios civis tudo deverá ser feito no sentido de evitar consumir ou utilizar recursos que se afigurem essenciais à sobrevivência das populações.

¹⁶ Caso haja uma dispersão de recursos, corre-se o risco de não atingir os objectivos definidos para a missão.

- **Obrigações legais e considerações humanitárias**

“As actividades CIMIC, regendo-se pelas leis nacionais e internacionais, procuram reduzir os efeitos do conflito e fazer cumprir os direitos humanos. Sem comprometer a actuação global da força, deve-se procurar demonstrar os benefícios da sua acção para o bem estar da população civil”.(CITOAP, Guia do Graduado CIMIC, 2001,pag 12)

É dever do comandante ter a responsabilidade legal de cumprir as leis internacionais relacionadas com os conflitos armados pois em causa está a legitimidade da missão.

2.5.2. Princípios de relacionamento civil – militar

- **Consciência cultural**

É a sensibilidade a ter face aos aspectos culturais¹⁷ da população (EME,2005), principalmente quando se trata de uma OAP, em que o impacto que a força militar tem na população civil é um factor importante para o cumprimento da missão.

- **Objectivos Comuns**

“Estabelecer e manter as relações civis-militares é crítico para o sucesso de uma missão, no actual ambiente operacional” ¹⁸(EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005,cap.8,pag.4)

Para atingir a cooperação é necessário suportar algumas situações complicadas¹⁹, que se forem tratadas e superadas, encontrando objectivos comuns entre as partes, se traduzem numa boa base de cooperação entre a força militar e os actores civis.

- **Responsabilidade Partilhada**

Este princípio surge da análise dos objectivos comuns, que vai levar a uma partilha de responsabilidades e divisão de tarefas, de forma a alcançar uma relação duradoura em benefício das duas partes.

- **Consentimento**

A existência de consentimento por parte das organizações civis é algo que a força militar deve esforçar-se para conseguir, apesar de poder fazê-lo recorrendo a métodos coercivos, porém este não será o caminho a percorrer quando se pretende que o consentimento se avizinhe duradouro.

- **Transparência**

Este princípio tem como principal finalidade obter a confiança de todos os elementos integrantes do ambiente civil.

Em virtude deste facto e com vista a superar os equívocos²⁰ que possam surgir, é fundamental que a transparência esteja sempre presente nos diálogos e nas situações que ocorram entre as partes, pois só assim se poderá fomentar a confiança e o entendimento mútuo.

- **Comunicação**

¹⁷ Estes aspectos são o respeito pela língua, costumes, religião e as próprias leis.

¹⁸ Como é o caso das CRO.

¹⁹ Situações de discórdias, atrasos, compromissos, e até ameaça de terceiros (Duarte, 2008)

²⁰ “...tensões entre componentes políticas, militares, humanitárias, entre outras.” (Duarte, 2008, apd. 1-5)

“Uma comunicação efectiva, com as autoridades civis, agências, organizações civis e com a população é vital para manter o consentimento e a cooperação” (EME, Regulamento de Campanha – Operações, 2005, cap.8, pag. 5).

O problema surge quando as diferenças entre as organizações civis aparecem, sendo preciso tempo e compreensão para serem ultrapassadas. Como tal, a solução para minimizar e superar estas dificuldades é criar de início uma comunicação aberta e constante.

2.6. Níveis de condução da Cooperação Civil-Militar

A condução das operações CIMIC passa por 3 níveis com objectivos diferentes, que segundo o AJP-9 são: o nível estratégico, o nível operacional e o nível tático.

O nível estratégico tem como responsabilidade estabelecer a ligação entre o Comando estratégico e as direcções superiores das diversas Organizações. Esta ligação servirá não só para facilitar a obtenção de acordos, mas também de informação estratégica, como tal este nível estará sempre em sintonia com os objectivos políticos e o estado final estratégico – político desejado para a missão.

Ao nível operacional, é onde se estabelecem ligações entre o comandante do teatro de operações e os responsáveis pelos actores civis ou facções envolvidas no conflito. Estas ligações têm em vista a celebração de acordos específicos e promover a cooperação.

O nível tático é responsável pela interacção entre meios militares e civis, sendo neste nível onde as actividades CIMIC vão ter o seu efeito imediato, como tal traduz-se numa preocupação de todos os militares estarem ocorrentes das tarefas realizadas a este nível

2.7. Capacidades Físicas da Cooperação Civil – Militar²¹

De um modo geral, as capacidades físicas da CIMIC consubstanciam-se no Estado Maior, Grupos CIMIC, especialistas funcionais²², equipamentos que usam e ainda outros recursos necessários ao cumprimento da missão. (DUARTE, 2008)

2.8. A Cooperação Civil-Militar como Capacidade Conjunta

As operações conjuntas, por norma, são conduzidas a nível operacional, de forma a alcançar os objectivos propostos. (AJP – 01, 2006)

Assentando numa estrutura de comando por componentes, o comando conjunto e o seu Estado-Maior podem concentrar-se nos aspectos de nível operacional, permitindo que os comandantes a todos os níveis desempenhem a sua função de forma eficaz. (EME, 2005) Desta forma, o comandante numa operação militar tem ao seu dispor uma combinação de forças conjuntas com vista a alcançar os objectivos pretendidos.

²¹ Consultar Anexo II – As Capacidades Físicas da CIMIC

²² “Conjunto de indivíduos, militares ou civis com valências específicas inexistentes na área de operações. São necessários para assistir na avaliação, análise, planeamento e se exigido na execução de projectos específicos.” (DUARTE, Os desafios colocados à CIMIC na condução das operações militares, 2008, pag.9)

As principais capacidades conjuntas são: Comando e Controlo, Informações, Planeamento, Manobra, Fogos, *Targeting*, Operações de Informação, Logística, CIMIC e Informação Pública. (AJP-01, 2006)

Como podemos ver, a CIMIC faz parte das principais capacidades conjuntas em auxílio do comandante no planeamento e condução das operações militares. Cada vez mais os comandantes têm que ter em consideração os factores sociais, políticos, culturais, religiosos, económicos, ambientais e humanitários. Face a estas preocupações, há necessidade de estabelecer relações com as OI, populações, governos e forças militares locais, com o objectivo de alcançar as condições necessárias para a resolução do conflito. Em muitas situações, os comandantes têm uma responsabilidade moral e legal sobre as populações na sua área, que apenas pode ser exercida pela cooperação com o governo civil e corpos internacionais. A CIMIC tem então como finalidade estabelecer e manter a cooperação da população e instituições civis com o comandante da força, no sentido de criar condições que lhe proporcionem a maior vantagem possível nos aspectos moral, material, ambiental e tático. (AJP-01, 2006)

2.9. Estruturas CIMIC na OTAN

A estrutura CIMIC na OTAN consubstancia-se actualmente em dois grupos, que se constituem nas principais estruturas CIMIC da OTAN, o CIMIC *Centre off Excellence* (CCOE) e o CIMIC *Group South* (CGS)²³.

O CCOE²⁴ surge em 2007 da reestruturação do antigo CIMIC *Group North* (CGN)²⁵, localiza-se na Holanda e tem como países constituintes a Dinamarca, Alemanha, Holanda, Polónia e, mais recente, a Letónia. Esta estrutura tem como função principal a produção do treino e doutrina CIMIC.

O CGS foi criado em 2002, em Itália e tem como países constituintes Portugal, Itália, Roménia, Grécia e Hungria. Este grupo detém o encargo operacional, podendo ser chamado a intervir em missões artigo 5º e missões não-artigo 5º.

²³ Ver Anexo III – O CIMIC *Group South*

²⁴ Informação disponível em www.cimic-coe.org

²⁵ CGN foi a primeira estrutura CIMIC OTAN, criada em 2001, e teve como países fundadores a Holanda, Alemanha, República Checa, Dinamarca, Noruega e Polónia.

CAPÍTULO III - A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NA OTAN EM OPERAÇÕES NÃO – ARTIGO 5º

“Whatever we call these operations, peace enforcement or peace keeping, they will require a civilian component and a civilian-military interface. That’s been the case in all of these operations in the past and most certainly in Bosnia, and it will be one of the key lessons learned for the future.”

Carl Bildt

The High Representative May 1996²⁶

No presente capítulo iremos analisar a Cooperação Civil – Militar numa operação não – artigo 5º. Para tal, inicialmente falaremos do surgimento da CIMIC na OTAN, de seguida iremos abordar os factores particulares da CIMIC que afectam as operações não – artigo 5º. Analisaremos, também, as principais preocupações de um comandante na tomada das responsabilidades civis, assim como o processo que decorre desta fase com alguns aspectos essenciais. Por último, vamos identificar e analisar as fases e tarefas que decorrem da CIMIC dentro de uma operação não – artigo 5º.

3.1. A CIMIC na OTAN

O conceito CIMIC na OTAN surge no Outono de 1995, antes do início do deslocamento da IFOR para a Bósnia, e estava apenas centralizado nas operações artigo 5º que têm por base a defesa colectiva dos países membros²⁷. (JENKINS, 2003)

Este conceito colocava assim de parte as operações não – artigo 5º e, dentro destas, mais em específico as operações de apoio à paz.

No entanto, em 1994, o SHAPE propôs uma nova definição do conceito CIMIC²⁸ em que as novas realidades já estavam abrangidas, mas, só em Agosto de 1997, e depois das

²⁶ Curso CIMIC Nível - Tático, EPE, 2006

²⁷ “CIMIC, de acordo com a definição da APP-6, “é a cooperação, em paz ou na guerra, entre as autoridades civis e militares, tanto na NATO como nacionais, tendo em vista assegurar uma defesa eficaz de toda a área da Aliança” (SERAFIM, A Cooperação Civil – Militar nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas, 1999, pág. 42)

²⁸ “Em 1994, o SHAPE propôs uma nova definição de CIMIC, mais abrangente: “Em paz, crise ou guerra, todas as medidas tomadas entre os comandantes NATO e as autoridades nacionais, civis e militares, que interessam às relações entre as forças militares NATO e os governos nacionais e as populações civis, numa área onde as forças militares NATO estão, ou planeiam vir a estar, estacionadas, apoiadas ou empenhadas. Tais medidas podem também incluir a cooperação entre os Comandantes NATO e as agências, organizações e autoridades não – governamentais ou internacionais” (SERAFIM, A Cooperação Civil – Militar nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas, 1999, pág. 42)

lições apreendidas na Bósnia, é que surge um novo conceito aprovado pelo Conselho Militar da OTAN que foi redigido no MC 411²⁹. Este conceito já refere a actuação da CIMIC em operações não – artigo 5º, embora tivesse algumas limitações³⁰. Nessa mesma data para além do MC 411, o Conselho de Ministros criou o NATO CIMIC Working Group, com a finalidade de assegurar que a Aliança mantinha uma capacidade CIMIC eficaz. Em 1998 surge a 1ª reunião do CIMIC Working Group, onde fica definida a necessidade de desenvolver uma doutrina CIMIC OTAN, em que a sua realização estaria a cargo da MAS (Military Agency for Standardization). (SERAFIM, 1999)

Este documento que define todos os parâmetros da doutrina CIMIC traduz-se no AJP – 09, que apresenta um conceito CIMIC com algumas diferenças dos conceitos inicialmente aprovados pela OTAN, e que, fruto das lições apreendidas nos teatros de operações, tem vindo a sofrer alterações, nomeadamente no que concerne às operações não-artigo 5º.

É neste tipo de operações que frequentemente as instituições estatais, assim como a lei e a ordem, se desmoronam e o banditismo e o caos prevalecem, obrigando a população civil a migrar. Por este motivo, e com vista a restabelecer a paz, as actividades internacionais podem introduzir uma nova política, diplomacia, economia, esforços militares e humanitários e usar informações para promover uma reconciliação a nível nacional e o restabelecimento de um governo efectivo. (AJP – 09, 2003)

Neste âmbito, o comandante tem que exigir recursos CIMIC apropriados para operar neste meio e para facilitar a criação de condições que, mais tarde, iriam permitir a extracção da força, uma força fácil e justificada deixando a estabilidade e o consentimento das partes garantidos.

3.2. Factores particulares na CIMIC em Operações Não-Artigo 5º³¹

3.2.1. Sucesso da Resposta

A gestão desta complexa contingência requer um mecanismo de coordenação central sobre a liderança política da região através de um mandato de uma autoridade internacional como a ONU ou a OSCE. O envolvimento de organizações regionais e sub-regionais, governos e o apoio de agências não governamentais irá quase sempre caracterizar o ambiente operacional, no entanto, para se obter uma resposta com êxito, esta terá de ser

²⁹ “Os recursos e acordos que apoiam as relações entre os Comandantes militares (OTAN) e as autoridades nacionais, civis e militares, e as populações civis, numa área onde as forças militares estão ou planeiam ser empregadas. Estes acordos incluem a cooperação com agências, organizações e autoridades não governamentais ou internacionais.” (SERAFIM, A Cooperação Civil – Militar nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas, 1999, pág. 5)

³⁰ Este mesmo conceito, aprovado em 1997, tem vindo a sofrer constantes alterações até aos dias de hoje.

³¹ Tradução livre

oportuna, adequada e apoiada através do contributo de todas as partes envolvidas a fim de se alcançar o objectivo político. (AJP – 09, 2003)

Neste âmbito, a OTAN terá o seu papel importante na prossecução destes objectivos, procurando criar e manter condições para se alcançar o acordo entre as partes e futura estabilização.

3.2.2. Harmonização dos objectivos Cívicos e Militares

O sucesso para o cumprimento dos objectivos militares poderá ser rápido, mas a realização da missão e a consequente extracção da força irá depender, muitas vezes, dos progressos feitos a nível cívico, onde o comandante terá uma influência directa reduzida, de modo que, para fazer face a esta situação, o comandante irá usar em apoio da missão os recursos que a CIMIC dispõe. (AJP – 09, 2003)

Estes recursos deverão ser calculados e previamente planeados antes da implementação da força, pois só assim as equipas CIMIC terão a sua capacidade máxima para concentrar os seus esforços na cooperação e coordenação com as autoridades cívicas.

Em casos particulares, a criação de algumas condições para o sucesso militar passa por harmonizar as actividades militares com as organizações cívicas existentes na área. Exemplos desta cooperação é evitar a duplicação de esforços num determinado local, não esgotar a economia local, apoiar os objectivos comuns e minimizar o uso de militares em tarefas em que há cívicos disponíveis para cumpri-las e onde são mais apropriados. (AJP – 09, 2003)

Isto não quer dizer que a intenção seja pôr a população civil a fazer o trabalho dos militares, mas por outro lado é fazer com que a população civil sinta que tem parte activa e responsabilidade no processo de estabilização dos conflitos.

A contribuição militar nas áreas que são, normalmente, de responsabilidade das autoridades e organizações cívicas, deverão ser conduzidos com os meios e capacidades possíveis no mais curto período de tempo, embora deverá ser lembrado que o fracasso nessas áreas poderá estar associado à OTAN e não a qualquer organização cívica. (AJP – 09, 2003)

Este fracasso poderá prender-se muitas vezes com a incapacidade da continuação dos trabalhos e responsabilidades por parte das autoridades e organizações cívicas, aquando da saída da força militar, devendo ser uma preocupação da força militar que está no terreno saber se este período de transição é efectuado com sucesso.

3.3. Principais preocupações do comandante³²

Na tomada de posse das responsabilidades civis, o comandante da força tem que ter em atenção três aspectos que estão intimamente relacionados entre si. Segundo ROLLINS, 2001 os aspectos são:

- **Identificar e preencher o “vazio”**

O comandante da força deve ser claro relativamente às funções ou serviços, normalmente realizados pelas autoridades e agências civis e que são críticas para a implementação de uma estabilidade a longo prazo, que deverão ser preenchidas.

Respondida a esta questão, um inúmero leque de factores deverá ser considerado antes da força militar se comprometer a preencher este vazio.

- **Operar na dimensão civil**

O comandante da força deve ter em mente que, independentemente das tarefas que forem aceites, deverão ser entregues a uma autoridade civil ou agência.

- **Necessidade de uma transição harmoniosa**

Se alguém estiver a assumir a responsabilidade de alguma tarefa e tiver que a passar para outra entidade, esta passagem de responsabilidades deverá ser executada de uma forma harmoniosa.

3.4. O Processo³³

Face aos desafios e às preocupações que um comandante deverá ter num teatro de operações ao relacionar-se com as autoridades e agências civis, vistos no subcapítulo anterior, o comandante da força terá de seguir um conjunto de procedimentos dentro de um processo que segundo o AJP-9 de 2003, passamos a descrever:

3.4.1. Estabelecer a comunicação com as organizações civis, o mais cedo possível

A participação militar nestas actividades é uma situação temporária, pelo que deve ser entregue ao mandato de uma organização ou autoridade civil o quanto antes, como tal o relacionamento com essas organizações e autoridades deverá ser efectuado o mais cedo possível, mesmo antes da chegada da força militar ao terreno.

A criação e manutenção de qualquer tipo de relações formais com os actores civis com quem a OTAN poderá ter que cooperar serão potencialmente complicadas. Estas complicações não se devem às diferenças existentes na forma como os actores civis trabalham, mas sim devido à necessidade de manter a credibilidade da força militar através

³² Tradução livre

³³ Tradução livre

da imparcialidade, o que torna difícil de manter qualquer tipo de relação entre os militares e as organizações civis.

3.4.2. Identificação do “vazio”

Para que o “vazio” existente em certas funções ou serviços sejam preenchidos para se atingir a estabilidade é necessário que as pessoas encarregadas de o fazer cumpram com o seu trabalho, o que muitas vezes isso não acontece, ficando-se muito aquém de se atingir o preenchimento deste “vazio”. (AJP – 09, 2003)

Perante estas situações, a OTAN pode ter que intervir e preencher temporariamente as lacunas existentes, no entanto para que isso aconteça, segundo ROLLINS, 2001, é necessário cumprir alguns aspectos:

- Avaliações realizadas antes da implantação da força, incorporando uma ampla gama de factores conducentes com uma igual ampla gama de recursos civis.
- Identificação de tarefas chaves e dos recursos e mecanismos necessários para a realização das mesmas.
- Um plano integrado com as organizações civis indicadas.
- Uma coordenação contínua e interactiva com os actores envolvidos.

3.4.3. Criação das capacidades necessárias ao desenvolvimento

Se o “vazio” existente tem que ser identificado e preenchido rapidamente, então os bens necessários deverão estar disponíveis desde o início. Estes bens necessários vão variar de operação para operação e não podem comprometer mais do que o pessoal experiente e qualificado. De igual modo, poderá haver um pedido para uma capacidade mais abrangente, como é o caso da OTAN *Force Proposals*³⁴. (ROLLINS, 2001)

3.4.4. Implementação de planos de transição

Pode existir uma grande pressão, pelo menos moral, de a OTAN se envolver numa vasta gama de actividades humanitárias e de reconstrução, sendo todas dignas de louvor por direito próprio. (AJP-9, 2003)

Contudo, se não existir um caminho traçado desde o início do empenhamento da força militar numa área de actividade particular, através de uma série de etapas cuidadosamente planeadas para a transição de responsabilidade, então a NATO pode encontrar no seu seio esta tarefa, incluindo-as nas actividades de extracção. (ROLLINS, 2001)

O que se vai tornar, seguramente, numa tarefa mais difícil do que se tivesse envolvido inicialmente num plano de transição de responsabilidades.

³⁴ Estas *Force Proposals* surgem para a criação dos Grupos CIMIC.

3.4.5. Evitar a dependência

Devido ao facto de as forças militares estarem apetrechadas de uma quantidade considerável de meios e recursos, em comparação com outras organizações, existe o perigo do serviço prestado pelas forças militares não se poder executar de igual modo por outras organizações. (ROLLINS, 2001)

No entanto, este princípio de evitar a dependência dos meios militares por parte das agências humanitárias é algo que deverá estar presente no seio da organização.

3.4.6. Coordenação nacional de actividades CIMIC

Deve-se ter cuidado para não confundir as actividades realizadas no âmbito de um plano CIMIC e aquelas que são realizadas por contingentes militares nacionais. A pressão pública interna e os meios de interesse serão factores na promoção desta última. (ROLLINS, 2001)

Mas o que é realmente importante é o facto de que a grande maioria dos financiamentos para as actividades da CIMIC provém do próprio país, sendo que posteriormente estas verbas serão canalizadas para a força nacional destacada.

Sendo esta a realidade, há que saber lidar com ela, o que não quer dizer que seja um erro desde que seja assegurado que a missão quer ao nível da OTAN quer ao nível das organizações civis continue a ser cumprida. (ROLLINS, 2001)

Para assegurar tudo isto é então necessário que o comandante do teatro de operações tenha uma visão abrangente sobre estes assuntos e o controlo sobre todas as actividades.

3.5. Tarefas Gerais da CIMIC nas Fases das Operações Militares³⁵

A aplicação das actividades CIMIC na NATO difere caso estejamos a tratar de operações artigo 5º ou operações não artigo 5º. Estas diferenças relacionam-se não só com o ambiente operacional onde decorrem, mas também com o tipo de relação existente entre os militares e as organizações e autoridades civis. No entanto, há uma série de tarefas a nível operacional, realizadas pelas equipas CIMIC, que diferem nestes dois tipos de operações mas que se agrupam em fases comuns às mesmas. Segundo o AJP-09 estas fases são: Fase pré-operacional, Fase operacional, Fase de Transição.

³⁵ Consultar Anexo IV – Tarefas Gerais da CIMIC nas Fases das Operações Militares

3.6. Tarefas CIMIC nas fases de uma Operação Não-Artigo 5º³⁶

3.6.1. Fase Pré – Operacional

As equipas CIMIC, antes de uma operação e o mais breve possível, devem estar empenhadas no planeamento e no treino. Como acção crítica devem logo, à partida, explorar possíveis relações existentes com parceiros civis na componente operacional com vista a criar um planeamento integrado. Ao mesmo tempo, as equipas CIMIC irão trabalhar noutras áreas para assegurar que todos os factores relacionados com a componente civil estejam integrados no processo de planeamento.

Idealmente, haverá tempo para mobilizar os recursos para realizar funções críticas, que as organizações internacionais e civis não poderão realizar imediatamente, de modo a que estes estejam disponíveis para implantar uma força da OTAN. As equipas CIMIC estarão envolvidas na preparação da força aliada para lidar com as condições civis que irão encontrar na área de operações. (AJP – 09, 2003)

Em suma, nesta fase, o comandante de uma força CIMIC terá como preocupações essenciais de preparar a força, projectar elementos avançados, planear a operação, estabelecer contactos, e, por último, mas não menos importante, aconselhar o seu comandante relativamente a toda a operação a desenvolver.

3.6.2. Fase Operacional

Sendo a finalidade da CIMIC assegurar uma efectiva cooperação civil - militar em apoio da missão, os relacionamentos, quer sejam formais ou informais, devem ser estabelecidos e mantidos com os agentes civis, pois muitos poderão já estar a trabalhar na área de operações conjunta antes da chegada das forças da OTAN. É dentro deste contexto que na fase operacional devem ser realizadas seis tarefas essenciais: comunicação, coordenação, troca de informações, estabelecimento de acordos, avaliações e actividades CIMIC. (AJP – 09, 2003)

Devido à natureza fluida da CRO, deverá haver uma avaliação contínua das capacidades e das tarefas já existentes, da chegada e partida de organizações civis, juntamente com a avaliação das necessidades da população e os progressos de certos aspectos da missão.

- **Responsabilidades Específicas**

Na fase inicial de uma CRO, as tarefas críticas urgentes que normalmente são realizadas por organizações civis podem ter de ser executadas por forças militares, quer por

³⁶ Tradução livre

razões logísticas ou humanitárias ou como um primeiro passo para a criação sustentável de infra-estruturas.

Esta actuação das forças militares pode igualmente ser necessária para prevenir hostilidades, impedindo que grupos ou facções tenham o controlo sobre os principais serviços, instalações, postos administrativos ou sectores da economia, diminuindo, desta forma, o não cumprimento da missão e consequente extracção da força. A força militar pode também exigir a assistência das equipas CIMIC para lidar com um grande número de refugiados e pessoas desalojadas. Além dos especialistas funcionais da CIMIC e peritos trazidos pelas organizações internacionais, as populações desalojadas serão uma fonte de habilidade, conhecimento para auxiliar na interacção entre a força militar e a população. (AJP – 09, 2003)

- **Tarefas Implícitas**

As equipas CIMIC deverão concentrar-se em incentivar as agências locais e internacionais a assumir a plena autoridade sobre a implementação civil no terreno.

As organizações civis deverão ser encorajadas a assumir responsabilidades do âmbito civil e ir pedindo uma redução gradual da ajuda proveniente da força militar. As relações estabelecidas na presente fase e em curso, as avaliações dos progressos alcançados na execução civil é crucial para efectuar uma transição suave das responsabilidades e da subsequente extracção da força. (AJP – 09, 2003)

3.6.3. Fase de Transição

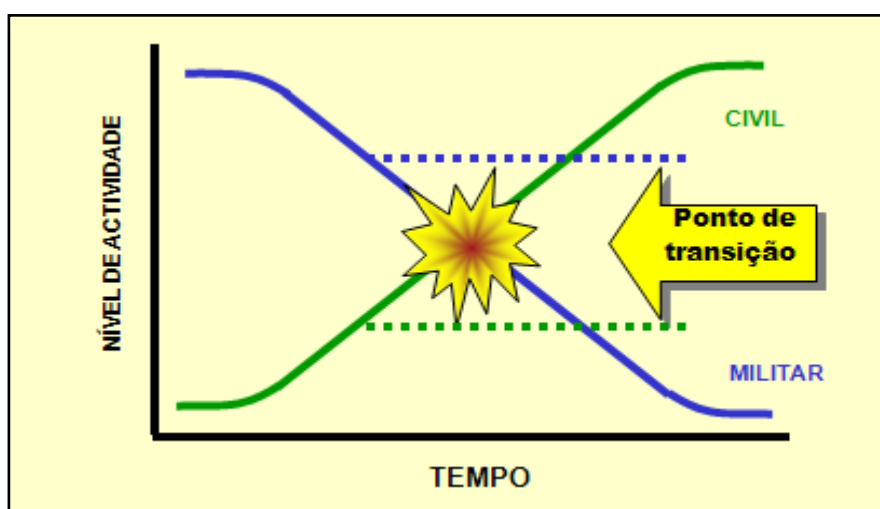


Figura 1: Relação entre as actividades civis e militares em operações Não – Artigo 5º
Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, EPE, 2006)

O principal papel da CIMIC na fase de transição é assistir a autoridades civis em funcionamento sem a presença das forças da OTAN na área de operações conjunta. Face à redução do efectivo militar, assim como das suas responsabilidades, a CIMIC continuará a apoiar a transferência de quaisquer responsabilidades civis que a força poderá ter assumido

aquando da sua chegada, para as agências e organizações autorizadas para assumir essas responsabilidades. (AJP – 09, 2003)

Segundo a figura 1 podemos ver que, à medida que o nível de actividade das forças militares vai baixando, as actividades das organizações civis vão aumentando. Esta situação ocorre durante um período de tempo e verificamos que há uma altura em que o nível de actividade, quer da força militar, quer das organizações civis, permanece igual, sendo esta a fase certa para se dar início ao período de transição da responsabilidade de actividades das forças militares para as organizações civis. Esta transição irá ser feita de forma gradual, onde as equipas CIMIC poderão cessar as suas funções face a um grau crescente de estabilização na área de operações.

3.7. O ideal da CIMIC nas Operações Não – Artigo 5º



Figura 2: Exemplo ilustrativo do desenrolar de uma operação CIMIC em operações Não - Artigo 5º

Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, EPE, 2006)

Este esquema ilustra o modelo genérico aplicado à OTAN na participação em ambientes complexos. A resposta internacional às emergências complexas geralmente envolve uma sequência de acções de estabilização a curto e a longo prazo. (EPE, 2006)

Perante a crise, a primeira resposta internacional será Humanitária, que envolverá acções imediatas para salvar vidas humanas, o que depois se vai traduzir a longo prazo na criação de um suporte de vida, ou seja, numa fase inicial o que a força militar deve fazer é dar segurança e apoiar as entidades responsáveis por colocar a população fora de perigo, a fim de estabilizar a situação. Isto só acontece quando a segurança do local foi restabelecida pela força militar presente. Após o começo da estabilização a próxima preocupação da força militar deverá ser dar início a um período de desenvolvimento político, económico e social através da ligação com as autoridades responsáveis, com a finalidade de, numa fase

posterior, criar condições para que a população, já recomposta da crise, consiga voltar à sua vida normal.

Como tal, nesta sequência de acções, o importante a retirar deste esquema é perceber que as actividades militares na CIMIC deverão restringir-se apenas às funções que se encontram na parte de cima do esquema, ao passo que as actividades das agências e organizações civis deveriam restringir-se apenas às actividades que encontramos em baixo. (EPE, 2006)

A realidade, porém, distancia-se bastante do pretendido, pois acaba-se por verificar o envolvimento da força militar em ambas as actividades, o que por si é errado, mas que muitas vezes não pode ser evitado.

3.8. Síntese

Com este capítulo pretendeu-se responder à primeira questão derivada, com a qual se pretendia saber, numa operação não – artigo 5º, onde termina a missão de um comandante de uma força CIMIC e onde se inicia o trabalho das autoridades civis.

Após o estudo deste capítulo, verificamos que a passagem de responsabilidades de um comandante de uma força CIMIC para a autoridade civil não se traduz num acontecimento momentâneo, mas sim num processo que passa pelas fases de actuação das forças CIMIC numa operação não – artigo 5º³⁷, onde a fase com uma importância maior para a passagem das ditas “responsabilidades” será na fase de transição, em que as forças militares vão baixando o nível de actividade de uma forma gradual, permitindo desta forma a integração das autoridades civis nos cargos de responsabilidade que estariam a ser ocupados pelas forças militares.

Porém, este processo de transição necessita de um acompanhamento cuidadoso para poder possibilitar a completa extracção da força militar do terreno, cessando, qualquer responsabilidade por parte do comandante da força CIMIC.

Consideramos, assim, ter respondido à primeira questão derivada, confirmando a primeira hipótese.

³⁷ Fase Pré – Operacional, Fase Operacional, Fase de Transição

CAPÍTULO IV - COMPANHIA GERAL CIMIC

No presente capítulo iremos analisar a Companhia Geral CIMIC, desde a sua fase de concepção até à actualidade. Como tal, inicialmente, vamos ver a forma como se deu origem à Companhia, de seguida veremos a evolução da mesma desde a sua concepção até a actualidade, onde analisamos vários aspectos como a forma, a sua estrutura, a missão que lhe estava atribuída e as actividades que poderia realizar, a análise do último exercício *Armageddon 09*, qual seria o efectivo a ceder para um FND, o papel que ela teria para o reconhecimento da força e o levantamento dos actuais problemas que ela apresenta.

Por último, faremos uma síntese conclusiva de todo o capítulo.

4.1. Integração do Planeamento CIMIC OTAN em Portugal

A integração do planeamento CIMIC OTAN em Portugal surge através das *Force Proposals* (FP).

As FP surgem do planeamento de defesa da OTAN, que tem como objectivo determinar as capacidades e os meios necessários, estabelecer as contribuições de cada estado membro, harmonizar os procedimentos OTAN e Nacionais e, por último, controlar e concretizar as contribuições em termos de forças. Este planeamento de defesa designa-se por *Force Goal Cycle* (FGC) que é orientada pela Directiva do *Ministerial Guidance* (MG), responsável pelo processo de planeamento de defesa e pelos acordos dos objectivos de forças designado de *Force Goal Planning* (FGP). Este é estabelecido para um prazo de seis anos, com revisões de dois em dois anos, e baseia-se na FP do *Military Committee* (MC) e do *Strategic Commands* (SC), que são enviados a cada estado membro, onde este se pronuncia sobre a sua aceitação e submete ao (MC) para aprovação e consolidação, sendo que, após este passo, as *Force Proposals* passam a constituir-se nas *Force Goals*. (MATEUS, 2002)

Assim, em 1998 iniciou-se o processo de integração da CIMIC na OTAN em Portugal, com as *Force Proposals* (DUARTE, 2003), integradas no FGP no período de 1998 a 2000, onde foram dirigidas a Portugal e na qual foram aceites, constituindo-se assim nas seguintes *Force Goals*:³⁸

- ***Force Goals EL 3780 II (Manning off CIMIC Staffs)***

³⁸ Para mais esclarecimentos consultar *SACEUR Force Goals CIMIC EL 3780, EG 3782, EG 3783 II*, dirigidas a Portugal em 1998

Tinha como objectivo integrar, até ao final do ano 2000, nos QG de Brigada e superior, uma célula CIMIC, com capacidade de resposta aos desafios que surgissem em todo o espectro da aliança. (SERAFIM, 1999)

- **Force Goals EG 3782 II (General CIMIC Companies)**

Tinha como objectivo, até ao final de 2003, fornecer uma companhia CIMIC para incorporar um grupo CIMIC. (NUNES, 2003)

- **Force Goals EG 3783 II (CIMIC Functional Specialist Teams)**

Tinha como objectivo, até ao fim de 2003, contribuir com equipas de especialistas funcionais CIMIC para integrar o Grupo CIMIC quando solicitado. (NUNES, 2003)

Estas equipas são compostas por pessoal (reservistas ou civis) especializado em várias áreas³⁹ e estão encarregados de executar funções dentro da sua especialidade em apoio das actividades CIMIC.

Relativamente a este assunto, Portugal assumiu a responsabilidade da criação da estrutura de especialistas, a disponibilizar em finais de 2005 nas seguintes áreas:⁴⁰

- Administração Civil: 19 especialistas;
- Infra – estruturas: 52 especialistas;
- Economia e Comércio: 7 especialistas;
- Assistência Humanitária: 5 especialistas;
- Cultura: 28 especialistas;

No entanto, em 2006, ainda não tinha sido nomeada e levantada esta estrutura de especialistas funcionais, prendendo-se com problemas relacionados com a aprovação do estatuto destes especialistas. (DUARTE, 2008)

Em suma, face às propostas lançadas pela OTAN, a resposta portuguesa foi afirmativa em todas elas⁴¹ e, desde logo, começaram-se a reunir esforços no sentido de desenvolver estes projectos, aumentando a capacidade CIMIC em Portugal.

4.2. Origem e Desenvolvimento da Companhia Geral CIMIC

Vimos no subcapítulo anterior a forma como se desenvolveu o processo que levou ao levantamento da CGerCIMIC.

³⁹ Áreas como Administração Civil, Infra – Estruturas, Economia e Comércio, Assistência Humanitária e Cultura

⁴⁰ Nota nº 1519 do Gabinete do CEME, de 05 de Junho de 2006

⁴¹ Para mais esclarecimentos consultar *Part B: Response to SACEUR Force Goals CIMIC EL 3780, EG 3782, EG 3783 II*

Face à resposta nacional sobre o SACEUR FG EG 3782⁴², o Exmo. General CEMGFA, a 19 de Maio de 1999, nomeia o Exército como Entidade Primariamente Responsável pelo levantamento da companhia (DUARTE, 2003) e considera existir capacidade conjunta dos três ramos para o fazer⁴³.

Após o referido despacho, foi realizado um estudo elaborado pelo Exército⁴⁴ e, a 16 de Setembro de 1999, com a colaboração dos outros ramos, o Exmo. General CEMGFA determinou o accionamento, por parte do Exército, do levantamento dessa unidade, (DUARTE, 2003) sendo que a integração, orgânica e missão já se encontravam descritas na FG EG 3782, onde o seu nível de actuação era visto quer em Território Nacional, quer no âmbito internacional integrada no Grupo CIMIC SUL. (NUNES, 2003)

A 27 de Abril de 2000, por despacho do Exmo. Tenente General VCEME, foi aprovada a constituição da comissão organizadora para o levantamento da CGerCIMIC e a 4 de Maio de 2000, por despacho do Exmo. General CEME, foram aprovados os respectivos quadros orgânicos de pessoal e material⁴⁵ (DUARTE, 2003).

4.2.1. 1º Curso CIMIC para Oficiais

A 26 de Outubro de 2001⁴⁶ realizou-se o 1º curso CIMIC para Oficiais, que tinha como objectivo dar os conhecimentos necessários aos oficiais que iriam integrar a CGerCIMIC, no desempenho das suas funções (NUNES, 2003).

As conclusões do relatório do 1º Curso CIMIC⁴⁷, elaborado a 17 de Dezembro de 2001, relativamente a CGerCIMIC, prendiam-se com a inexistência de um núcleo permanente na companhia, a atribuição do encargo operacional não deveria assentar exclusivamente em Unidades de Engenharia, dar continuidade à formação através da realização de mais cursos CIMIC, de forma a alimentar a OB da companhia com pessoal mais especializado, e, por último, a integração dos elementos pertencentes à companhia em exercícios nacionais ou regionais, implicando a introdução do cenário CIMIC nos exercícios.

Em relação à formação, têm sido ministrados vários cursos nível Tático – Operacional desde o ano 2004, sendo que o último foi realizado no IESM em Março de 2009. Este curso teve como finalidade habilitar os Oficiais participantes, com os conhecimentos necessários na área CIMIC para o desempenho de tarefas em Operações CIMIC em funções de EM, em QG/OTAN projectáveis e multinacionais e EM de forças nacionais. (IESM, 2009)

⁴² Levantamento da CGerCIMIC

⁴³ Ofício nº 1201/GC de 27 Maio de 1999

⁴⁴ Estudo elaborado pelo EME, em Julho de 1999

⁴⁵ QOP e QOM – 8.2.300

⁴⁶ Segundo a Directiva nº08/VCEME/2001

⁴⁷ Para mais esclarecimentos consultar Relatório do 1º Curso CIMIC para Oficiais, Pág.9, EME 2001

4.2.2. Exercício *Armageddon 2007*

Após ter sido ministrado este curso deu-se um período de estagnação no desenvolvimento do processo CIMIC, tendo sido retomado no ano de 2003, com a directiva Nº04/VCEME/03 (DUARTE, 2003). Esta directiva⁴⁸ trouxe novos desenvolvimentos, na medida em que o Regimento de Engenharia 1 assumiu o encargo da CGerCIMIC, em prontidão de vinte dias, em ordem de batalha e com pessoal dos outros Ramos e faz novamente referência à manutenção de um Destacamento CIMIC para a FRI⁴⁹, em prontidão de cinco dias, conforme o estabelecido na directiva Nº5/CEMGFA/2001.

A CGerCIMIC foi, então, edificada e estruturada no período de tempo de 2004 a 2007, e, embora com alguns contra – tempos ⁵⁰, em 2007 foi sujeita ao processo de certificação da companhia (CREVAL)⁵¹, que ocorreu de 3 a 7 de Dezembro de 2007, no Campo Militar de Santa Margarida, durante o exercício *Armageddon 07*. (DUARTE, 2003)

No entanto, na altura em que a CGerCIMIC é sujeita a esta avaliação, esta não se encontrava ainda em condições para ser testada através de uma CREVAL. Segundo a opinião do Tenente – Coronel Serrano⁵², a companhia apresentava uma série de problemas que indicavam logo à partida que não estaria pronta para realizar o exercício proposto.⁵³

Este exercício teve o propósito de treinar a CGerCIMIC em apoio a uma Brigada Italiana, num cenário OTAN em Operações não – artigo 5º, sendo que as finalidades do exercício eram declarar a *full operational capacity* (FOC) da CGerCIMIC e concluir a afiliação ao *CIMIC Group South*. (Curso CIMIC Nível - Tático, IESM, 2007)

Os objectivos deste exercício era projectar a CGeneralCIMIC no âmbito de uma operação OTAN, conduzir a ligação Civil – Militar entre a força militar e o meio civil, planear e identificar a ligação CIMIC e a arquitectura de coordenação, estabelecer um Centro CIMIC, validar a língua inglesa como língua oficial OTAN, efectuar/praticar a transmissão e a gestão de informação CIMIC, instalar e operar meios de *Communications and Information Systems* (CIS) e estar preparado para lidar com especialistas funcionais.

Para além dos objectivos propostos para o exercício, o TCor Serrano indica que “Os exercícios *Armageddon* permitiram identificar as limitações existentes.” (Entrevista realizada ao TCor Serrano, a 07 de Julho de 2009, Apêndice E)

⁴⁸ Directiva Nº 04/VCEME/03

⁴⁹ “A FRI consiste numa força conjunta com capacidade de projecção para a execução apenas de missões nacionais e vocacionada para intervenções de curta duração e/ou evacuação de cidadãos nacionais em cenários permissivos” (DUARTE, Os desafios colocados à CIMIC na condução das operações militares, 2008, Apd 2-2)

⁵⁰ “Contra – tempos de vária ordem, nomeadamente financeiros e de recursos humanos disponíveis.” (DUARTE, Os desafios colocados à CIMIC na condução das operações militares, 2008, Apd 2-3)

⁵¹ CREVAL – Combat Readiness Evaluation

⁵² Tenente-Coronel de Engenharia António Guilherme Pereira Ramalho Serrano desempenhou as funções de Comandante da Companhia Geral CIMIC, desde Março de 2007 a Novembro de 2008.

⁵³ Consultar Apêndices – Entrevistas

No final do exercício, o TCor Serrano conclui que “não foram atingidos os objectivos. No final, admitiu-se que tinham sido cometidos alguns erros, decorrentes da preparação inadequada, e que era preciso orientar os trabalhos noutra direcção com vista a criar condições para que o comando da companhia e os diferentes órgãos da companhia pudessem organizar-se, planear e criar documentação.” (Entrevista realizada ao TCor Serrano, a 07 de Julho de 2009, Apêndice E).

Esta documentação⁵⁴ foi criada após o exercício *Armageddon* realizado em Dezembro de 2007, com vista à preparação do próximo exercício. No entanto, a CGerCIMIC continuava a deparar-se com problemas de variada ordem, nomeadamente, no que dizia respeito ao pessoal que constituía a Companhia respeitante aos três Ramos, ao nível linguístico baixo que era exigido ao pessoal a que era dada formação CIMIC e, por último, ao nível da logística, respeitante a equipamentos e materiais. (SERRANO, 2009)

4.2.3. Exercício *Armageddon* 2009

Na continuidade da evolução da CGerCIMIC, e face ao facto de esta até ao período que antecedeu a última avaliação feita à Companhia não se encontrar preparada para integrar com uma FND nem se afiliar ao CIMIC Group South, em Janeiro de 2009, foi realizado o exercício *Armageddon* 2009.

Este exercício, segundo o TCor Couto⁵⁵, tinha como finalidade “submeter a CGerCIMIC a uma CREVAL, com vista à declaração da *Final Operational Capability (FOC)* e à sua certificação nacional para afiliação no *CIMIC Group South (CGS)* da NATO” (Entrevista realizada ao TCor Couto, a 24 de Junho de 2009, Apêndice C)

Na sequência do exercício, segundo o TCor Afonso⁵⁶, “a fase LIVEX⁵⁷ do Exercício *Armageddon* 09 foi antecedida da primeira fase da CREVAL, em que foi feita a avaliação da parte documental que a unidade tem de ter elaborada e testada (Planos, NEP, eTCor.), com vista ao seu emprego na Força de Resposta Imediata (FRI). A fase LIVEX decorreu em simultâneo com a mesma fase do Exercício *Rosa Brava* 09 da BrigMec e a Companhia actuou como unidade atribuída e foi avaliado o seu desempenho.” (Entrevista realizada ao TCor Afonso, a 03 de Julho de 2009, Apêndice B)

O resultado da avaliação feita ainda não é conhecida, no entanto, das conversas tidas com responsáveis pela CGerCIMIC, que tem por base o esforço desempenhado neste último exercício, tudo aponta para que a Companhia obtenha a certificação.

4.2.4. Missão e Possibilidades

Atendendo ao quadro das Missões Especificas das Forças Armadas de 2004, a CGerCIMIC permite:

⁵⁴ “Neps da companhia, relatórios, planos de contingência etc.” (Entrevista realizada ao TC Serrano, a 07 de Julho de 2009)

⁵⁵ Tenente – Coronel Fausto Manuel Vale do Couto, 2º Cmdt do RE1 e actual Cmdt da CGerCIMIC.

⁵⁶ Tenente – Coronel José Manuel Ferreira Afonso, Chefe da Repartição CIMIC (G9) do Comando Operacional

⁵⁷ LIVEX – Live Exercise

- Apoiar uma unidade de escalão Brigada, através do planeamento e condução de actividades CIMIC;
- Apoiar as FND através do fornecimento de módulos;
- Manter uma Equipa CIMIC para a Força de Reacção Rápida;
- Garantir um compromisso internacional;

Relativamente às actividades que a Companhia poderá desempenhar num TO, segundo o Maj. Art^a Nunes em 2003, esta pode executar as seguintes missões:

- Efectuar levantamentos de necessidades existentes no TO⁵⁸;
- Implementação de projectos;
- Efectuar ligação com as populações, autoridades locais, organizações nacionais, internacionais, governamentais, não governamentais.

Na actualidade, e fazendo uma análise à opinião dada pelos entrevistados relativamente a este assunto, podemos ver que, segundo o TCor Couto, a CGerCIMIC, essencialmente, está vocacionada para desenvolver actividades de ligação com actores não – militares presentes no TO, sendo o farol condutor o cumprimento da missão principal.

O TCor Afonso, por sua vez, não especifica o tipo de actividades que a Companhia poderá realizar, mas realça também que qualquer actividade que venha a ser executada no âmbito CIMIC tem que apoiar o Cmdt. no cumprimento da missão, referindo que o orçamento que deverá ser sempre disponibilizado por Portugal é fundamental para o desenvolvimento das actividades CIMIC.

Já o TCor Serrano indica que o que é primordial nesta questão é orientar os trabalhos que a Companhia poderá realizar, no sentido de se adaptar à missão que lhe é dada, tendo como finalidade fundamental “aliviar o comando da força operacional e facilitá-lo na sua acção de comando” (Entrevista realizada ao TCor Serrano, a 07 de Julho de 2009, Apêndice E), realçando ainda que a utilização da Companhia deve ser feita segundo os interesses operacionais da força que é enviada para o TO, onde a preparação prévia é fundamental para se seguir a orientação de um determinado objectivo.

Com isto podemos concluir que a actividade principal que CGerCIMIC poderá desempenhar num TO são actividades de ligação com outras entidades civis, no entanto mais importante ainda que as actividades que possam ser realizadas, é entender se as mesmas contribuem para o cumprimento da missão do Comandante, se o orçamento

⁵⁸ A nível de assistência humanitária, infra – estruturas, estruturas básicas, assistência médica, educação e microeconomia.(NUNES, 2003)

atribuído permite o desenvolvimento destas actividades e, por último, a preparação prévia e a adequação da Companhia à missão antes de realizar qualquer actividade.

4.3. Organização e Articulação da Companhia Geral CIMIC

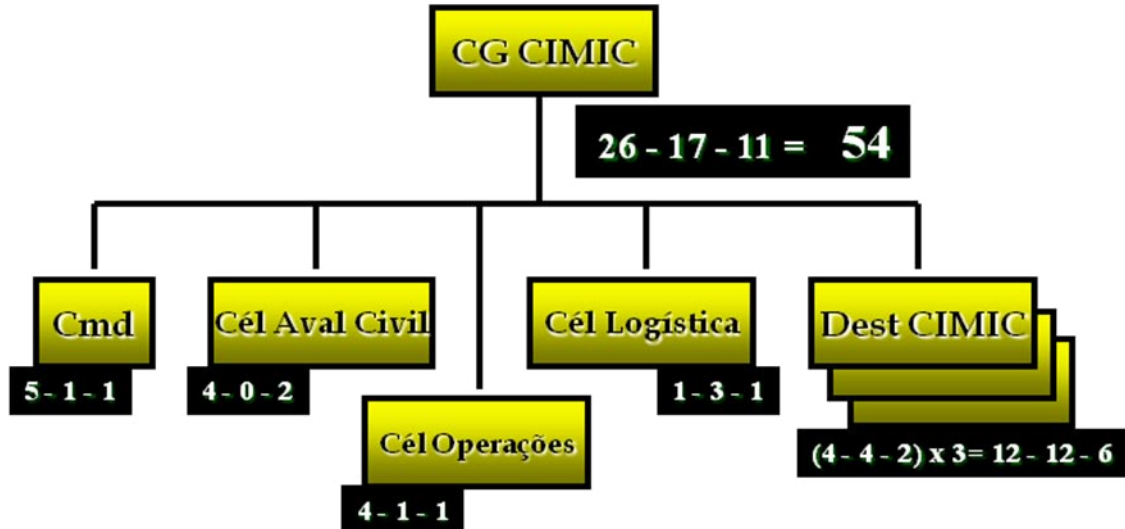


Figura 3: Quadro Orgânico de Pessoal da CGerCIMIC

Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, EPE, 2006)

A CGerCIMIC está organizada como sendo uma unidade conjunta⁵⁹, constituída por 54 elementos (26 oficiais, 17 sargentos, e 11 praças). Esta Companhia na sua estrutura é constituída por: Comando, Célula de Avaliação Civil, Célula de Operações, Célula de Logística e três Destacamentos CIMIC⁶⁰.

Relativamente à estrutura que a Companhia apresenta, esta não deve ter uma composição rígida, ao contrário do que ela aparenta, isto porque, face a uma missão que envolve um planeamento detalhado, certamente ao empregar a Companhia como um todo, poderemos vir a depararmo-nos com um problema de logística e de sustentação. (SERRANO, 2009)

É nossa opinião, que a Companhia terá que ter uma estrutura fixa, mas não podemos esquecer a flexibilidade que esta estrutura terá que possuir para se adaptar às diferentes missões que no futuro possam ser atribuídas, para que o emprego de qualquer um dos módulos ou destacamentos possa a vir ser feito de forma independente sem prejudicar o cumprimento da missão.

4.3.1. Integração de um efectivo nas Forças Nacionais Destacadas

Ainda no que diz respeito à constituição da CGerCIMIC, quisemos saber qual seria o efectivo mínimo que a Companhia poderia ceder a uma FND.

⁵⁹ Integra no seu seio elementos dos três Ramos, 33 militares do Exército, 14 da Marinha e 7 da Força Aérea

Analisando as respostas dadas, podemos verificar que, segundo a opinião do TCor Couto, dependendo da missão, assim se vai articular o dispositivo da Companhia, variando entre o efectivo total com 54 homens e o mínimo que será uma equipa com 3 homens.

No entanto, segundo a opinião do TCor Afonso, o efectivo ideal para o desempenho de uma actividade CIMIC seria um destacamento com 5 oficiais e 4 sargentos.

Já o TCor Serrano relativamente a esta matéria refere que, tendo presente o conceito de apoio mútuo e unidade mínima de qualquer força, então 2 homens seria o efectivo mínimo que a Companhia poderia ceder a uma FND.

Através desta análise verificamos que não existe uma opinião comum aos três intervenientes nesta questão, como tal não podemos retirar uma ilação válida acerca deste assunto.

4.4. Reconhecimento das Forças Nacionais Destacadas num TO

No que concerne ao reconhecimento, por parte da população, da força que executa a missão num determinado TO, quisemos saber qual seria a importância que a CGerCIMIC teria para o reconhecimento de um FND.

Analisando as respostas dadas pelos entrevistados, podemos ver que, na opinião do TCor Couto, a própria natureza da aplicação da CIMIC em operações não – artigo 5º se vai traduzir na maior parte dos casos num consequente aumento do reconhecimento da FND por parte da população, no entanto, este reconhecimento não deverá ser entendido como missão prioritária dos elementos CIMIC.

Em relação à opinião do TCor Afonso, ele refere que as acções CIMIC no cumprimento da sua missão executadas através de projectos de grande impacto, rápida execução e baixo orçamento têm em vista criar maior visibilidade, aceitação e credibilidade da força.

O TCor Serrano, na sua opinião, diz que nesta matéria o CIMIC não deve entrar no âmbito das Operações Psicológicas através da divulgação, mas é de acordo que tinha relevância para as FND, se estas levassem um elemento da CGerCIMIC.

Como tal, face às respostas dadas, podemos concluir que é unânime a opinião de que a CGerCIMIC teria um contributo positivo no reconhecimento das FND por parte da população, mas também é de salientar que, apesar disto, a missão da CIMIC é apoiar o Comandante no cumprimento da missão.

⁶⁰ Consultar Anexo V – Descrição da Estrutura da CGerCIMIC

4.5. Problemas levantados à CGerCIMIC

No contexto actual da CGerCIMIC, quisemos fazer o levantamento dos problemas que esta companhia apresenta na actualidade.

O TCor Couto, relativamente a este assunto, indica que o principal problema que esta Companhia apresenta é a falta de um núcleo permanente sediado no RE1 que detém o encargo operacional da CGerCIMIC.

O TCor Afonso refere que o principal problema é a unidade não estar constituída, apresentando como causa o facto de os militares que pertencem à Companhia prestarem serviço em unidades diferentes e o facto de os materiais da Companhia não se encontrarem à sua carga.

O TCor Serrano levanta como problemas desta Companhia a falta de formação dada aos elementos constituintes da Companhia, a estrutura rígida que existe relativamente à composição da Companhia e a falta de um núcleo permanente para preparação e trabalho nos assuntos CIMIC.

Em conclusão, podemos então verificar que foram vários os problemas levantados à Companhia, sendo importante referir que o problema que teve mais relevância foi a falta de um núcleo permanente.

4.6. Síntese

Com o presente capítulo pretendeu-se responder à segunda questão derivada, na qual se pretendia saber se a Companhia Geral CIMIC deve integrar como parte de uma Força Nacional Destacada. Para respondermos a esta questão resolvemos fazer uma análise de vários factores que estavam relacionados com a Companhia, como a sua estrutura, a missão que lhe estava atribuída e as actividades que poderia realizar, a análise do último exercício *Armageddon 09*, qual seria o efectivo a ceder para um FND, o papel que ela teria para o reconhecimento da força e por último o levantamento dos actuais problemas que ela apresenta. Ao fazer a análise de cada um destes pontos, com o auxílio das entrevistas feitas aos principais intervenientes pela condução e desenvolvimento desta Companhia, podemos concluir que, desde que a CGerCIMIC foi levantada, tem-se verificado uma evolução através dos exercícios efectuados, no sentido de desenvolver nesta unidade as capacidades para lhe dar a funcionalidade e operacionalidade necessárias para permitir a integração da mesma numa FND, como tal, concluímos que reúne as condições necessárias para integrar numa FND, apesar de a mesma ainda não ter sido certificada a nível nacional e ainda existir um longo caminho a percorrer no sentido de ultrapassar os problemas levantados.

Consideramos assim ter respondido à segunda questão derivada, validando parcialmente a segunda hipótese.

CAPÍTULO V - O CONTRIBUTO PORTUGUÊS, NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA UNIFIL

Neste capítulo, pretendemos analisar qual foi o contributo que Portugal deu no TO da UNIFIL, no que diz respeito às Operações CIMIC. Para tal, inicialmente, fazemos um enquadramento sobre a origem do conflito no Líbano e consequente criação da UNIFIL, de seguida, falamos na adesão de Portugal à UNIFIL e na sua missão. Relativamente às FND, fazemos uma análise com base nos relatórios final de missão da Unidade de Engenharia Nº1 e Nº5, correspondendo à primeira e à última unidade a integrar como FND na UNIFIL. Por último, faremos uma síntese do trabalho onde apresentamos as conclusões referentes ao capítulo.

5.1. Origem do conflito e criação da UNIFIL⁶¹ (*United Nations Interim Force in Lebanon*)

No início dos anos 1970, a tensão ao longo da fronteira Israel - Líbano aumentou, principalmente depois da recolocação de elementos armados palestinos da Jordânia para o Líbano. A 11 de Março de 1978, um ataque a Israel resultou em muitos mortos e feridos entre a população. Em resposta, as forças israelitas invadiram o Líbano na noite de 14/15 de Março e, em poucos dias, ocupou toda a parte sul do país, excepto para a cidade de Tiro e seus arredores. A 15 de Março de 1978, o Governo libanês apresentou um forte protesto ao Conselho de Segurança da ONU contra a invasão de Israel, afirmando que não tinha qualquer ligação com o ataque de 11 de Março. (UNIFIL, 2009)

A 19 de Março, o Conselho adoptou as resoluções nº 425 e 426 para confirmar a retirada israelita do Líbano, implantar a paz e a segurança internacionais a auxiliar o Governo libanês a exercer efectivamente a sua autoridade na área. Na sequência deste Conselho, surge a criação da UNIFIL, sendo enviadas as primeiras tropas para o Líbano a 23 de Março de 1978. (UNIFIL, 2009)

Anos mais tarde, no ano de 2006, quando o Conselho de Segurança equacionava a hipótese de começar a retirar as suas tropas, surgem novos acontecimentos, que a Julho de 2006 levam o Conselho de Segurança a aumentar o efectivo da força, através da resolução nº 1701 de 11 de Agosto, que adiciona ao seu mandato original as seguintes tarefas:

- Monitorizar a cessação das hostilidades;

⁶¹ Consultar a Página Oficial da ONU, www.un.org para mais informações

- Acompanhar e apoiar as Forças Armadas Libanesas na sua projecção para o Sul do Líbano;
- Auxiliar e assegurar o apoio humanitário às populações civis bem como o regresso seguro e voluntário dos deslocados;
- Apoiar as Forças Armadas Libanesas no estabelecimento de uma zona livre de pessoal armado e de meios de armamento, à excepção dos pertencentes ao Governo do Líbano e à UNIFIL, entre a “Blue Line” e o rio Litani;
- Apoiar o Governo do Líbano, a seu pedido, na segurança das fronteiras para prevenir a entrada não autorizada pelo Governo do Líbano de armamento ou material relacionado.

Esta resolução autoriza igualmente a UNIFIL a tomar todas as acções consideradas necessárias para:

- Garantir que a sua área de operações não é utilizada para acções hostis de qualquer tipo;
- Resistir a quaisquer acções tendentes a impedir o cumprimento da sua missão;
- Proteger o pessoal, instalações e equipamento das Nações Unidas;
- Assegurar a segurança e liberdade de movimentos do pessoal das Nações Unidas e dos trabalhadores humanitários;
- Sem prejuízo das responsabilidades do governo do Líbano, proteger as populações civis em perigo iminente de violência física.

A UNIFIL, actualmente comandada pelo Major General Cláudio Graziano (Exército Italiano), tem um efectivo de cerca de 13300 militares.

5.2. Participação Nacional na UNIFIL⁶²

A integração de uma força militar portuguesa na UNIFIL vem na sequência do pedido de reforço das Nações Unidas das capacidades da UNIFIL, que resultou da Resolução do Conselho de Segurança nº1701, onde Portugal decide participar, através do emprego de uma Unidade de Engenharia Militar. A 30 de Agosto de 2006, o Conselho Superior de Defesa Nacional emite o seu parecer favorável e, em Novembro de 2006, o Exército Português inicia a sua missão na UNIFIL, com uma unidade de Engenharia estacionada próximo da região de Shama⁶³, no Sul do País, com um efectivo de 141 militares e 5

⁶² Consultar Anexo VI – FND na UNIFIL, Imagens das acções CIMIC desenvolvidas

⁶³ Consultar Anexo VI – FND na UNIFIL, Figura Mapa do TO do Líbano

militares no Quartel-General da UNIFIL em Naqoura. (Presidência da República Portuguesa, 2009)

5.2.1. Missão

As Unidades de Engenharia destacadas na UNIFIL têm como missão a melhoria das suas instalações, conduzir tarefas de construção horizontal e vertical em apoio das unidades da UNIFIL em toda a Área de Operações (AOR), estar preparada para apoiar a Liberdade de Movimentos em toda a AOR, apoiar as Forças Armadas do Líbano e população civil e apoiar actividades humanitárias, sempre de acordo com as suas capacidades e conforme as directivas do Comandante da UNIFIL. (EMGFA, 2009)

Segundo a página oficial do EMGFA, a Unidade de Engenharia tem as seguintes possibilidades:

- Garantir ao Comando da UNIFIL, Mobilidade, Protecção e Apoio Geral de Engenharia;
- Capacidade de reabastecimento e purificação da água;
- Capacidade EOD (Inactivação de Engenheiros Explosivos), limitada à protecção da força;
- Apoiar as OI e ONG, dentro dos seus meios e capacidades.

5.3. Unidade de Engenharia Nº1⁶⁴

A Unidade de Engenharia nº1 incorporou a UNIFIL entre 24 de Novembro de 2006 a 25 de Maio de 2007.

Segundo o relatório final de missão da UnEng1, as acções CIMIC realizadas pela unidade tiveram como alvo a área geográfica perto do aquartelamento português, com o objectivo de as tarefas realizadas contribuírem em prol do colectivo e nunca em proveito individual, sendo que foram disponibilizadas para tal os meios em pessoal e equipamentos, no entanto, os materiais de construção eram da responsabilidade das autoridades locais.

Visto que a UnEng1 estava sob a dependência do FC, o pedido de autorização para executar os apoios à população civil eram feitos directamente ao J9/FHC, como tal, todas as acções CIMIC foram desenvolvidas após autorização do J9 e tendo por base as necessidades das populações civis.

5.3.1. Estrutura CIMIC

No que concerne, à forma como estava organizada a estrutura CIMIC, na UnEng1 segundo o Maj. Quaresma, esta possuía apenas um oficial CMIC, acumulando outras

⁶⁴ Consultar o Relatório Final de Missão da UnEng1 para mais informações

funções de oficial EOD, e Cmdt do Módulo de Apoio, onde as actividades realizadas eram coordenadas directamente com o J9 da UNIFIL II.

5.3.2. Acções CIMIC desenvolvidas

Segundo o relatório final de missão da UnEng1, foram desenvolvidas as seguintes acções CIMIC:

- **TAYR HARFA**

Nesta região procedeu-se à limpeza de vias de comunicação urbanas e à compactação de caminhos agrícolas;

- **AL JIBBAYN**

Nesta região procedeu-se à compactação de caminhos agrícolas;

- **ALMA ASH SHA´B**

Nesta região procedeu-se à desmatação e construção da plataforma para parque infantil, à regularização de vias de comunicação e à construção de plataforma para o cemitério local.

- **NAQOURA**

Nesta região foram ministradas acções de formação na área dos primeiros socorros e identificação de UXO (*Un-exploded Ordinance*); procedeu-se ainda à construção de um parque para uma escola local.

5.3.3. Resultados Obtidos

As conclusões tiradas destas acções CIMIC realizadas no Líbano, foram positivas, face à análise do relatório final de missão, assim como, nas palavras do Maj. Quaresma que refere que as acções realizadas “tiveram um contributo decisivo, reforçado pela postura profissional, de generosidade, aberta e franca por parte dos militares” (Entrevista realizada ao Maj Quaresma, a 6 de Agosto de 2009, Apêndice H).

Segundo o relatório final de missão da UnEng1, os trabalhos foram realizados com qualidade e competência aliados à vertente pessoal, que permitiu que o nome Portugal ficasse conhecido entre a população local, facto demonstrado pelo reconhecimento e carinho com que os nossos militares foram acolhidos. Estas acções CIMIC também permitiram estabelecer boas relações com os chefes da polícia de alguns distritos, proporcionando assim a obtenção de notícias e opiniões, dando uma ideia aproximada sobre a atitude da população e o nível de ameaça nessa área. Por último é também expresso neste relatório, que os trabalhos efectuados contribuíram para melhorar a imagem da UNIFIL de forma geral e, em particular, a Força Portuguesa nas suas áreas de actuação e no contacto com as autoridades civis.

5.4. Unidade de Engenharia Nº 5⁶⁵

A Unidade de Engenharia nº5 incorporou a UNIFIL entre 2 de Dezembro de 2008 a 2 de Junho de 2009, na região de Shama, próximo do QG da UNIFIL.

Com a chegada da UnEng5 à região, a unidade traçou um plano de acção para apoiar as populações libanesas no âmbito da CIMIC. Este plano teve a autorização do Comando da UNIFIL e tinha como áreas principais as infra – estruturas e a saúde pública, sendo dirigido a quatro localidades próximas ao aquartelamento (Shama, Tayr Harfa, Majda Zun, Al Mansury e Alma ash Sha`b). Este plano iniciou-se com o estabelecimento de contactos (ligação) exploratórios com as localidades mencionadas, seguindo-se as visitas de cortesia, avaliação e definição de prioridades, finalizando com a assinatura de protocolos. (EMGFA, 2009)

5.4.1. Acções CIMIC desenvolvidas

Segundo o relatório final de missão da UnEng5 foram desenvolvidas as seguintes acções CIMIC:

- **ALMA ASH SHA`B**

Nesta região, no âmbito da ligação, foi estabelecida com as autoridades e população civil, através de vários encontros, reuniões e eventos com os seus representantes religiosos e políticos, participação em cerimónias e eventos nesta localidade, entre outros.

Relativamente à reconstrução de infra-estruturas, foi aprovado um projecto CIMIC para a compactação de um itinerário, que não se veio a realizar por motivos que aqui não poderão ser revelados.

- **TAYR HARFA**

Nesta região, no que diz respeito à ligação, esta foi promovida através de encontros, reuniões e eventos com os representantes políticos da área, assim como a participação em cerimónias e eventos na respectiva localidade.

No âmbito do apoio médico, ministrou-se formação em primeiros socorros, em cuidados médicos de saúde, efectuaram-se acções de sensibilização na escola de Tayr Harfa para assuntos relacionados com a saúde e, por último, realizaram-se consultas ao domicílio no município.

Relativamente, à reconstrução de infra-estruturas realizou-se a abertura em zona de encosta, de uma estrada de acesso aos campos de cultivo.

⁶⁵ Consultar o Relatório Final de Missão da UnEng5 para mais informações

- **SHAMA**

Nesta região estabeleceu-se a ligação através de reuniões e eventos com o representante político da zona.

Relativamente à reconstrução de infra-estruturas foi aprovado um projecto CIMIC para a abertura de uma estrada, que não se veio a realizar porque este projecto coincidia com um projecto de natureza maior que iria ser realizado pelo contingente Italiano.

- **AL MANSURY**

Nesta região apenas estabeleceu-se a ligação através de encontros e reuniões com o representante político da zona.

- **MAJDA ZUN**

Nesta região foi estabelecida a ligação promovida por encontros e reuniões e eventos políticos com os representantes da área.

No que diz respeito à reconstrução de infra-estruturas, realizou-se a apropriação de uma estrada de acesso a uma barragem e campos de cultivo.

5.4.2. Resultados Obtidos

As conclusões retiradas das acções CIMIC que foram efectuadas pela UnEng5 foram positivas. Segundo o relatório final de missão da UnEng5, as acções desenvolvidas pelas suas características tiveram um grande impacto junto das populações valorizando quer a imagem da UNIFIL, quer a imagem das Forças Portuguesas, facto esse que foi confirmado pela forma positiva como foram acolhidos junto das populações.

5.5. Síntese

Com o presente capítulo pretendeu-se responder à terceira questão derivada, na qual se pretendia saber a importância dos trabalhos realizados pela Unidade de Engenharia para o desenvolvimento das actividades CIMIC no Líbano. Para respondermos a esta questão, decidimos analisar as acções CIMIC efectuadas na UNIFIL, através dos relatórios finais de missão, no parágrafo que aborda o CIMIC, pela unidade de engenharia Nº1 e Nº5, onde propositadamente a UnEng1 corresponde à primeira unidade Portuguesa a entrar no TO da UNIFIL, e a UnEng5 à última, isto para verificarmos qual a evolução existente em termos de acções CIMIC executadas neste TO.

Perante a análise feita das acções CIMIC executadas e perante os resultados obtidos das duas UnEng, verificamos que, relativamente, às acções CIMIC executadas, em ambas as UnEng existia uma estrutura CIMIC, com pessoal habilitado com o curso CIMIC para apoiar o planeamento das acções. No que concerne à primeira missão da UnEng1, as acções eram viradas exclusivamente para a reconstrução de infra-estruturas, aproveitando

as valências que a Companhia possuía para cumprir este tipo de acções. No entanto, anos mais tarde, nas acções efectuadas pela UnEng5, podemos verificar uma organização da estrutura CIMIC um pouco diferente uma vez que as acções não estavam só relacionadas com a reconstrução, mas também incluía outras áreas como a saúde onde foram ministrados várias formações.

Relativamente aos resultados obtidos destas acções CIMIC, verificamos que em ambas as UnEng foram positivos, onde é destacado o grau de importância elevado que estas acções tiveram não só para o reconhecimento da força, mas também para o comando da UNIFIL.

Fruto desta análise, podemos concluir que, em termos de acções, houve uma evolução da UnEng1 para a UnEng5, relativamente ao tipo de actividades em que a Companhia esteve empenhada. Esta evolução deve-se ao fruto de um trabalho continuado no sentido de procurar melhorar a qualidade de vida da população e conseqüente desenvolvimento. Para confirmar toda a importância destas acções desenvolvidas, foi realizada uma entrevista⁶⁶ ao Cmdt. da FND UnEng2 Tenente – Coronel Santos, onde refere que “[o] desenvolvimento de actividades CIMIC em Operações de Apoio à Paz contribui para o cumprimento da missão do comandante, pelo que facilita no reconhecimento e aceitação da força”. (Entrevista realizada ao TCor Santos, a 14 de Julho de 2009, Apêndice G)

Consideramos assim ter respondido à terceira questão derivada, confirmando a terceira hipótese.

⁶⁶ Consultar Apêndices – Entrevistas

CONCLUSÕES

A CIMIC sempre se encontrou agregada às operações militares, mas só após os conflitos na Bósnia é que ela assume o seu papel principal, integrando-se como instrumento fundamental no planeamento e apoio do cumprimento da missão do comandante.

Desde algum tempo que o Conceito CIMIC, assim como a sua estrutura, tem sofrido uma evolução no sentido de tirar um melhor partido desta valência. Após o estudo dos conceitos emergentes e de toda a estrutura que abarca a doutrina CIMIC na OTAN, verificamos que o papel da CIMIC não deverá ser posto de parte no decorrer de uma operação, pelo contrário, deverá ser incluindo no planeamento relativamente a estes assuntos após a recepção da missão.

Como tal, o termo CIMIC não deverá ser encarado como uma vulgar cooperação civil-militar, mas sim como uma operação militar, onde a sua missão será a coordenação e cooperação entre a força militar e os actores civis, que tem como objectivo principal o apoio ao cumprimento da missão, tornando deste modo o factor militar supremo nas relações que poderão existir.

Por outro lado a CIMIC, no que diz respeito à cooperação, não tenciona executar o trabalho respeitante às OI ou ONG, esta apenas coopera com estas entidades no sentido de facilitar o cumprimento da missão da força militar que actua no TO. Como tal, podemos afirmar que a CIMIC tem, então, como finalidade estabelecer e manter a cooperação da população e instituições civis com o comandante da força, no sentido de criar condições que lhe proporcionem a maior vantagem possível nos aspectos moral, material, ambiental e tático.

Deste modo, a CIMIC, na sua acção prática, representa muito mais que a simples reconstrução de escolas e hospitais, não tirando o impacto positivo que estas acções têm na população, no entanto, o papel da CIMIC vai mais além, integrando-se em todas as áreas da implementação civil⁶⁷, apenas como elemento de apoio às autoridades civis, dando-lhes o conhecimento necessário para atingir os fins pretendidos. No entanto, o apoio prestado à implementação civil, carece de uma preocupação que se relaciona com o momento ideal para se fazer a transferência das responsabilidades que estavam a ser assumidas pela força militar e que, passado o período de instabilidade, ficam ao encargo das entidades civis

⁶⁷ As áreas referidas são o retorno de refugiados e das pessoas deslocadas, o estabelecimento da lei e da ordem, a reconstrução económica, a reconstrução de infra-estruturas, a organização das eleições, etc.

responsáveis. Vimos então que este momento de transferência das responsabilidades deriva de um processo previamente planeado e executado durante as fases de uma operação, onde irá culminar na fase de transição, em que se observa um decréscimo do nível de actividade das forças CIMIC para dar lugar ao aumento das actividades realizadas pelas autoridades civis.

Desta forma, entende-se que o principal papel da CIMIC na fase de transição é apoiar as autoridades civis, sem a presença do grosso da força militar no TO, sendo que, perante esta redução do efectivo militar assim como das suas responsabilidades, a CIMIC continuará a apoiar a transferência de quaisquer responsabilidades civis que a força poderá ter assumido aquando da sua chegada, para as agências e organizações autorizadas para assumir essas responsabilidades. Isto por outro lado não pressupõe a utilização da população civil para executar o trabalho dos militares, mas fazer com que a própria população civil sinta que teve parte activa e responsabilidade no processo de estabilização dos conflitos.

Chegado a este ponto do nosso trabalho, encontrávamo-nos em condições de responder à primeira pergunta derivada: *Onde termina a missão de um comandante de uma força CIMIC e onde se inicia o trabalho das autoridades civis?*

Na resposta a esta pergunta chegamos à conclusão que o ponto de culminação da missão do comandante de uma força CIMIC e o início dos trabalhos das autoridades civis não se traduz num acontecimento momentâneo, mas sim num processo que passa pelas fases de actuação das forças CIMIC numa operação não – artigo 5º, onde a fase com uma importância maior para a passagem das ditas “responsabilidades”, será na fase de transição. Desta forma, foi validada a primeira hipótese: *Nas fases de actuação das forças CIMIC numa operação Não – artigo 5º, a fase de transição é responsável pela troca de responsabilidades entre o comandante da força e a autoridade civil.*

No que concerne ao desenvolvimento da CIMIC em Portugal, verificamos que, desde 1998, com o surgimento das *Force Proposals*, se tem verificado uma evolução no sentido de se criar condições para apresentar uma estrutura CIMIC pronta para fazer face aos desafios da OTAN, integrando uma FND. Assim, no que decorre desta evolução, verificamos que os exercícios *Armageddon* têm sido uma mais-valia para identificar os problemas da CGerCIMIC e possibilitar um conseqüente aperfeiçoamento.

Relativamente à CGerCIMIC, com vista à análise numa possível integração de uma FND, analisámos a sua missão, estrutura, integração de um efectivo mínimo numa FND e problemas actuais. Na missão e actividades da Companhia, verificamos que esta está preparada essencialmente para desenvolver actividades de ligação com as autoridades civis, mas tendo como farol a utilidade destas actividades para o cumprimento da missão, o orçamento atribuído e a preparação da companhia consoante a missão que for atribuída. Na

estrutura e organização da Companhia, tem que se ter em consideração a adaptabilidade e flexibilidade que esta deverá ter para se adaptar à missão dada, possibilitando o emprego de qualquer um dos módulos ou destacamentos de forma independente, tendo à sua disponibilidade todos os meios necessários ao cumprimento da missão.

Em relação à análise de qual seria o efectivo mínimo que a CGerCIMIC poderia ceder, não chegámos a nenhuma conclusão fruto da disparidade de opiniões entre os entrevistados. No que diz respeito ao reconhecimento que esta Companhia poderia ter num determinado TO, verifica-se o contributo positivo no reconhecimento da FND por parte da população, não esquecendo, porém, a missão prioritária que seria o apoio do Comandante no cumprimento da missão. Por último, na análise dos problemas actuais da Companhia verificamos que aquele que se destaca nas entrevistas realizadas é a inexistência de um núcleo permanente.

Chegado a este ponto do nosso trabalho, encontrávamo-nos em condições de responder à segunda pergunta derivada: *Deve a Companhia Geral CIMIC integrar com uma FND?* Na resposta a esta pergunta, verificamos que fruto da evolução notada através dos exercícios realizados, no sentido de desenvolver nesta unidade as capacidades para lhe dar a funcionalidade e operacionalidade necessárias, para permitir a integração da mesma numa FND, chegámos à conclusão que a Companhia reúne as condições necessárias e deve integrar numa FND, apesar de a mesma ainda não ter sido certificada a nível nacional e ainda existir um longo caminho a percorrer no sentido de ultrapassar os problemas levantados. Perante a segunda hipótese levantada: *A CGerCIMIC está certificada a nível nacional, e como tal está preparada para actuar num TO dentro das suas possibilidades.* Esta foi validada parcialmente, ficando a faltar o resultado do último exercício *Armageddon*, com vista à certificação da Companhia, cujo resultado ainda não foi conhecido.

Porém, ainda há um longo caminho a percorrer para que a nossa capacidade CIMIC se encontre ao nível pretendido pela OTAN, mais concretamente pelo CGS.

Com vista a ultrapassar algumas dificuldades a este desenvolvimento e, no que concerne à CGerCIMIC, deveriam ser analisados aspectos como:

- Nível linguístico dos elementos constituintes da Companhia;
- A flexibilização da estrutura da Companhia;
- A constituição de um núcleo permanente sediado no Regimento de Engenharia Nº1;
- Apostar na formação e divulgação da CIMIC no Exército;
- Incluir um efectivo da CGeralCIMIC numa FND;

Estes são alguns aspectos que se forem trabalhados irá contribuir num futuro próximo para uma Companhia pronta a fazer face às duras exigências de um TO, e com capacidade de resposta aos desafios que lhe forem apresentados.

No que respeita ao contributo português das FDN presentes no TO da UNIFIL, relativamente aos trabalhos realizados no âmbito da CIMIC, verificamos que se têm desenvolvido muitas acções CIMIC, sendo inicialmente apenas na área da reconstrução de infra-estruturas, mas que, fruto do desenvolvimento do trabalho feito ao longo dos anos pelas UnEng neste TO, foi-se alargando a outras áreas como a saúde, respondendo, deste modo, aos anseios da população e apoiando as autoridades no processo de implementação civil.

Os resultados destas acções tiveram um impacto positivo na população, onde se destaca o grau de importância elevado que estas acções tiveram, não só para o reconhecimento da força, mas também para o comando da UNIFIL.

Chegado a este ponto do nosso trabalho, encontramos-nos em condições de responder à terceira pergunta derivada: *Qual a importância dos trabalhos realizados pelas Unidades de Engenharia para o desenvolvimento das actividades CIMIC no Líbano?* Em resposta a esta pergunta verificamos que os trabalhos realizados pelas UnEng se revestem de uma extrema importância no desenvolvimento das actividades CIMIC, na medida em que contribuem não só para a implementação civil no Líbano, mas também para a aceitação e reconhecimento quer da FND em particular, quer para a UNIFIL em geral. Como tal foi validada a terceira hipótese levantada: *As acções CIMIC realizadas pelas Unidades de Engenharia no Líbano tiveram um impacto positivo na população, contribuindo para o desenvolvimento da região.*

Finalmente, lembrando a questão central: *Qual a importância que as operações CIMIC têm nas Operações Não – Artigo 5º?*, julgamos ter conseguido responder de forma sintética e clara no decorrer da realização deste trabalho, com a certeza que muito ficou por analisar, deixando a porta aberta para a realização de trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

Editora, Porto. 2008. *Dicionários da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2008.

MANUAIS E TRABALHOS:

Duarte, Luís, Capitão – Tenente. 2008. *Os desafios colocados à CIMIC na condução das operações militares*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2008. CEMC, TII.

Jenkins, Larry. 2003. *A CIMIC Contribution to Assessing Progress in Peace Support Operations*. London: Frank Cass, 2003.

Kuijpers, Bert. 2008. *Gender Makes Sense*. Netherlands: CCOE, 2008.

Sarmiento, Manuela. 2008. *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

Nunes, José. Maj. Art^a. 2003. *A Cooperação Civil – Militar (CIMIC) em apoio das operações militares, no Exército Português*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 2003. CEM, TILD.

Rehse, Peter. 2004. *CIMIC: Concepts, Definitions and Practice*. Hamburg: Heft 136, 2004.

Rollins, J.W. Lieutenant Colonel UK Army. 2001. *Civil – Military Cooperation (CIMIC) in Crisis Response Operations: The Implications for NATO*. London: Frank Cass, 2001.

Serafim, José. Cor. Art^a. 1999. *A Cooperação Civil – Militar (CIMIC) nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1999. CEM, TILD.

NORMAS E DOCUMENTOS MILITARES:

CITOAP. 2001. *Guia do Graduado CIMIC*. Amadora: Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz, 2001.

CGerCIMIC. 2008. *Normas de Execução Permanente da CGerCIMIC*. Reg. Eng.1. Pontinha 29 de Maio de 2008

Directiva 04/VCEME/03. *Desenvolvimento da Capacidade CIMIC no Exército*. EME. Lisboa, 23 de Julho de 2003

- Directiva 34/Cmd Op/07.** Aprontamento dos militares do Exército que integram a Companhia Geral CIMIC (CGERCIMIC). Cmd Op. Oeiras, 17 de Outubro de 2007.
- Directiva 13/Cmd Op/07.** Aprontamento das Unidades do Exército que integram o núcleo inicial da Força de Reacção Imediata (FRI). Cmd Op. Oeiras, 11 de Abril de 2007.
- EME. 2000.** *CGERCIMIC, Quadro Orgânico de Pessoal.* Lisboa: Estado – Maior do Exército, 2000.
- EME. 2000.** *CGERCIMIC, Quadro Orgânico de Material.* Lisboa: Estado – Maior do Exército, 2000.
- EME. 2005.** *Regulamento de Campanha: Operações.* Lisboa: Estado – Maior do Exército, 2005.
- NATO. 1997.** *MC 4111 NATO Civil – Military Co-operation (CIMIC) Policy.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 1997.
- NATO. 1998.** *SACEUR Force Goals CIMIC EL 3780, EG 3782, EG 3783 II.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 1998.
- NATO. 1999.** *Response to SACEUR Force Goals CIMIC EL 3780, EG 3782, EG 3783 II.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 1999.
- NATO. 2001.** *NATO Handbook.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 2001.
- NATO. 2003.** *AJP 09 Civil – Military Co-operation (CIMIC) Doctrine.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 2003.
- NATO. 2005.** *AJP 3.4 Non-Article 5 Crisis Response Operations.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 2005.
- NATO. 2005.** *The Alliance's New Strategic Concept.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 2005.
- NATO. 2007.** *AJP 01 Allied Joint Doctrine.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 2008.
- NATO. 2008.** *AAP – NATO Glossary of Terms and Definition.* Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization, 2008.
- MDN. 1999.** *Conceito Estratégico da NATO de 1999 evolução desde 1968.* Lisboa: MND, 1999
- MDN. 2001.** *Relatório do 1º Curso CIMIC para Oficiais.* Lisboa: MND, 2001.
- MDN. 2007.** *Job Descriptions da CGERCIMIC.* Lisboa: MND, 2007.
- UnEng1/FND/UNIFIL, 2007.** *Relatório de Fim de Missão da UnEng1/FND/UNIFIL, 2007.* Oeiras: Cmd Op, 2007.

UnEng2/FND/UNIFIL, 2007. *Relatório de Fim de Missão da UnEng2/FND/UNIFIL, 2007.* Oeiras: Cmd Op, 2007.

UnEng3/FND/UNIFIL, 2008. *Relatório de Fim de Missão da UnEng3/FND/UNIFIL, 2008.* Oeiras: Cmd Op, 2008.

UnEng4/FND/UNIFIL, 2008. *Relatório de Fim de Missão da UnEng1/FND/UNIFIL, 2008.* Oeiras: Cmd Op, 2008.

UnEng5/FND/UNIFIL, 2009. *Relatório de Fim de Missão da UnEng1/FND/UNIFIL, 2009.* Oeiras: Cmd Op, 2009.

ARTIGOS:

Pace, Celestino. 2007. *NATO CIMIC Group e la Funzione CIMIC nelle PSO.* Informazioni della Difesa, 2007. pp. 12 – 17.

Philips, William R. Cor. US Army. 1998. *Civil-Military Cooperation – Vital to Peace Implementation in Bósnia.* NATO Review nº1, 1998. pp. 22 – 26.

Tuozzolo, John. Cor. US Army. 1997. *The Challenge off Civil – Military Operations.* JFQ, 1997. pp. 54 – 58.

Monteiro, José. 1999. *CIMIC versus PCE.* Planeamento Civil de Emergência nº12, 1999. pp. 37 – 41.

DIAPOSITIVOS:

EPE, 2006. Curso CIMIC Nível Tático, 2006. Tancos: EPE, 2006.

IESM, 2007. Curso CIMIC Nível Tático, 2007. Lisboa: IESM, 2007.

UnEng1/FND/UNIFIL, 2007. *Briefing ao Comando Operacional.* Oeiras: Cmd Op, 2007.

UnEng2/FND/UNIFIL, 2008. *Briefing ao Comando Operacional.* Oeiras: Cmd Op, 2008.

UnEng4/FND/UNIFIL, 2009. *Briefing ao Comando Operacional.* Oeiras: Cmd Op, 2009.

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS:

WebSite do CIMIC Centre of Excellence-<http://www.cimic-coe.org/>(acedido em 2/05/2009);

WebSite do CIMIC Group South - <http://www.cimicgroupsouth.org/> (acedido em 4/05/2009);

WebSite da OTAN - <http://www.nato.int/> (acedido em 15/05/2009);

WebSite da ONU - <http://www.un.org/> (acedido em 18/05/2009);

Website da UNIFIL - <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unifil/>(acedido em 19/05/2009);

WebSite da Presidência da República - <http://www.presidencia.pt/>(acedido em 2/06/2009);

WebSite do EMGFA - <http://www.emgfa.pt/> (acedido em 3/06/2009);

WebSite do Exército - <http://www.exercito.pt/> (acedido em 4/06/2009);

APÊNDICES

APÊNDICE A – Guião da Entrevista 1 – Companhia Geral CIMIC

ENTREVISTA

“As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar que inclui um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”.

1. O seu nome completo e quais são as funções que actualmente desempenha?
2. Tendo em atenção aos actuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as actividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?
3. Qual é o efectivo que a Companhia Geral CIMIC deverá ceder, para integrar com as Forças Nacionais Destacadas num teatro de operações?
4. Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o reconhecimento das Forças Nacionais Destacadas?
5. Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que no actual momento ela apresenta?
6. Qual foi a finalidade e os objectivos principais do exercício *Armageddon 09*? A Companhia Geral CIMIC cumpriu com esses objectivos?
7. Está a Companhia Geral CIMIC preparada para integrar como parte de uma Força Nacional Destacada?

APÊNDICE B – ENTREVISTA 1

Posto: Tenente - Coronel

Nome: Ferreira Afonso

Cargo / Função: Chefe da Repartição CIMIC

Local: Cmd Op – Oeiras

Data: 3Jul09

Pergunta 1 - O seu nome completo e quais são as funções que actualmente desempenha?

Resposta 1 - José Manuel Ferreira Afonso, Chefe da Repartição CIMIC (G9) do Comando Operacional.

Pergunta 2 - Tendo em atenção aos actuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as actividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?

Resposta 2 - A Companhia Geral CIMIC (CGCIMIC) ainda não possui certificação internacional, pelo que ainda não pode ser empregue como Força Nacional Destacada (FND) integrando uma Força NATO. No entanto, os primeiros passos com sucesso já foram dados e a última Avaliação de Prontidão para o Combate (CREVAL) efectuada aponta para que venha a obter a certificação Nacional.

Caso venha a ser empregue como FND, estará preparada para desenvolver todas as actividades CIMIC que se entenderem mais adequadas para apoiar o Cmdt. no cumprimento da missão, não se podendo esquecer que o orçamento financeiro é ditador e que será sempre Portugal a ter de o disponibilizar.

Pergunta 3 - Qual é o efectivo que a Companhia Geral CIMIC deverá ceder, para integrar com as Forças Nacionais Destacadas num teatro de operações?

Resposta 3 - O ideal será 1 Destacamento (05 Oficiais + 04 Sargentos).

Pergunta 4 - Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o reconhecimento das Forças Nacionais Destacadas?

Resposta 4 - As acções CIMIC, em qualquer Teatro de Operações (TO), têm sempre como finalidade contribuir para o cumprimento da missão da Força, através da execução de projectos de grande impacto, rápida execução e baixo orçamento, com vista a gerar maior

visibilidade, aceitação e credibilidade da Força. Se forem especialistas os responsáveis pelo planeamento e execução das actividades, os resultados obtidos serão certamente melhores.

Pergunta 5 - Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que no actual momento ela apresenta?

Resposta 5 - A CGCIMIC não é uma Unidade constituída. Os militares a ela pertencentes constam na sua Ordem de Batalha (OB), mas prestam serviço noutras Un dos 3 Ramos das Forças Armadas e os materiais não estão à sua carga. Estas têm sido as duas grandes causas geradoras de dificuldades.

Pergunta 6 - Qual foi a finalidade e os objectivos principais do exercício *Armageddon 09*? A Companhia Geral CIMIC cumpriu com esses objectivos?

Resposta 6 - O objectivo foi possibilitar a CREVAL, com a finalidade de obter a certificação nacional da CGCIMIC. Para tal a fase LIVEX do Exercício *Armageddon 09* foi antecedida da primeira fase da CREVAL, em que foi feita a avaliação da parte documental que a unidade tem de ter elaborada e testada (Planos, NEP, eTCor.), com vista ao seu emprego na Força de Resposta Imediata (FRI). A fase LIVEX decorreu em simultâneo com a mesma fase do Exercício *Rosa Brava 09* da BrigMec e a Companhia actuou como unidade atribuída e foi avaliado o seu desempenho. Com algumas limitações, a finalidade foi alcançada.

Pergunta 7 - Está a Companhia Geral CIMIC preparada para integrar como parte de uma Força Nacional Destacada?

Resposta 7 - Está, embora tenham sempre de ser ultrapassados os constrangimentos referidos anteriormente.

APÊNDICE C – ENTREVISTA 2

Posto: Tenente - Coronel

Nome: Vale do Couto

Cargo / Função: Cmdt da CGeral CIMIC

Local: Reg Eng 1

Data: 24Jun09

Pergunta 1 - O seu nome completo e quais são as funções que actualmente desempenha?

Resposta 1 - Tenente – Coronel de Engenharia Fausto Manuel Vale do Couto, 2º Cmdt do RE1 e Cmdt da Companhia Geral CIMIC.

Pergunta 2 - Tendo em atenção aos actuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as actividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?

Resposta 2 - De forma genérica, as actividades que lhe estão cometidas consistem em estabelecer ligação com actores não - militares no TO (entidades civis diversas, GO, NGO, eTCor.), de forma a facilitar o cumprimento da missão.

Pergunta 3 - Qual é o efectivo que a Companhia Geral CIMIC deverá ceder, para integrar com as Forças Nacionais Destacadas num teatro de operações?

Resposta 3 - Depende da missão, podendo variar entre um mínimo de uma equipa CIMIC com 3 homens e o total da unidade, com Comando, EM e 3 destacamentos CIMIC, perfazendo 54 homens.

Pergunta 4 - Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o reconhecimento das Forças Nacionais Destacadas?

Resposta 4 - O principal papel das unidades CIMIC é o de apoiarem o cumprimento da missão, através do relacionamento com entidades não militares no Teatro de Operações. Geralmente são empregues em missões não - Art 5º, o que, na maior parte dos casos, acaba por se traduzir no aumento do reconhecimento das FND pelas populações do TO. No entanto, não deve entender-se este aumento do reconhecimento da FND como missão prioritária, uma vez que o papel principal das unidades CIMIC é o de contribuírem para o cumprimento da missão, independentemente do facto de tal poder implicar um maior reconhecimento da FND.

Pergunta 5 - Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que no actual momento ela apresenta?

Resposta 5 - A inexistência de um Núcleo Permanente sediado no Regimento de Engenharia 1.

Pergunta 6 - Qual foi a finalidade e os objectivos principais do exercício *Armageddon 09*? A Companhia Geral CIMIC cumpriu com esses objectivos?

Resposta 6 - A principal finalidade do Exercício *Armageddon 09* foi o de submeter a CGeral CIMIC a uma *CREVAL*, com vista à declaração da *Final Operational Capability (FOC)* e à sua certificação nacional para afiliação no *CIMIC Group South (CGS)* da NATO. O relatório da Inspeção - Geral do Exército (IGE), assim como o Despacho de Sua Ex^a o General CEME que o mesmo mereceu, não são ainda do meu conhecimento, pelo que, neste momento, não disponho de informação que me permita confirmar se os objectivos do *Exercício Armageddon 09* foram atingidos ou não.

Pergunta 7 - Está a Companhia Geral CIMIC preparada para integrar como parte de uma Força Nacional Destacada?

Resposta 7 - A resposta a esta questão prende - se com a resposta à questão anterior, uma vez que a unidade está preparada para desempenhar missões, após declaração da *FOC* que, como disse, depende do resultado final da *CREVAL*.

APÊNDICE D – Guião da Entrevista 2 – Companhia Geral CIMIC

ENTREVISTA

“As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar que inclui um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”.

1. O seu nome completo e quais são as funções e o período de tempo que desempenhou na Companhia Geral CIMIC?

2. Tendo em atenção aos actuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as actividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?

3. Deverá a Companhia Geral CIMIC, integrar com as Forças Nacionais Destacadas num teatro de operações? Qual o efectivo mínimo que deveria ter?

4. Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o reconhecimento das Forças Nacionais Destacadas?

5. Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o aumento do consentimento das partes em conflito?

6. Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que ela apresentava?

7. Qual foi a finalidade e os objectivos principais do exercício *Armageddon* (feito no ano em que estava no comando)? A Companhia Geral CIMIC cumpriu com esses objectivos?

APÊNDICE E – ENTREVISTA 3

Posto: Tenente - Coronel **Nome:** Ramalho Serrano

Cargo / Função: **Local:** Direcção de Infra-Estruturas **Data:** 7Jul09

Pergunta 1 - O seu nome completo e quais são as funções e o período de tempo que desempenhou na Companhia Geral CIMIC?

Resposta 1 - Tenente-coronel de Engenharia António Guilherme Pereira Ramalho Serrano, e desempenhei as funções de Comandante da Companhia Geral CIMIC desde Março de 2007 a Novembro de 2008.

Pergunta 2 - Tendo em atenção aos actuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as actividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?

Resposta 2 - Não sei elencar as actividades ou operações em que a Companhia pode participar, tudo depende do seu potencial, contudo a companhia deve ser organizada em função da missão e não adaptar as missões à companhia. As competências dos militares que integram a companhia são fundamentais, por isso é necessária uma preparação prévia significativa, desde logo nos aspectos linguísticos.

Não podemos nomear para a companhia um indivíduo que “vai no corredor”. Temos que identificar quais são os requisitos necessários para que o militar possa cumprir as tarefas numa determinada missão e dar-lhe a formação, se ele não a tiver, mas para isso temos de saber onde queremos empenhar a força, qual é o objectivo? Quero assim dizer que temos que nos preparar orientados para a missão e não é a missão que se orienta para a companhia, como tal, o primeiro aspecto a observar é dar ao pessoal que integra a companhia as competências necessárias. Por outro lado, também entendo que a composição da companhia ou da unidade CIMIC não deve ser rígida. A estrutura que tem actualmente, com o comando, a célula de avaliação civil, a célula de operações, a célula da logística e os três destacamentos, de alguma forma indicia uma composição rígida, que condiciona o seu emprego - não sabemos se por ventura numa missão é necessário aumentar a célula logística ou se é preciso ir a companhia como um todo, como é que ela funciona? O comando da companhia fica junto com a unidade mãe e os destacamentos são empregues em determinadas áreas de interesse, ou a companhia CIMIC poderá ser empregue como um todo? Temos capacidade logística e de sustentação? Ou a actuação da

unidade pode ser desenvolvida através da criação de módulos de ligação, com estrutura variável, que aliás é a orientação das unidades CIMIC de carácter multinacional.

De facto, as unidades CIMIC devem ser multidisciplinares e até multidimensionais se pensarmos que têm como finalidade fundamental facilitar a acção do comando da força operacional, daí a grande sensibilidade da sua actuação. Neste contexto, não consigo especificar onde é que a companhia deve ser utilizada, acho que ela deve ser utilizada segundo os interesses operacionais de uma força que é lançada segundo um conceito estratégico.

Pergunta 3 - Deverá a Companhia Geral CIMIC, integrar com as Forças Nacionais Destacadas num teatro de operações? Qual o efectivo mínimo que deveria ter?

Resposta 3 - Depende se nós vamos realmente fazer CIMIC, e dentro deste conceito CIMIC (onde se distinguem elementos CIMIC e elementos de ligação) se é necessário fazer ligação. A necessidade de estabelecer contactos com as entidades locais relevantes (autoridades civis, religiosas e organizações creditadas no TO) poderá impor a designação de elementos de ligação, normalmente através de um designado “oficial CIMIC”. Contudo, a sua acção deverá ser coordenada com o J9 da força, porque o contributo das partes deve ser em proveito do todo. Nesse sentido, devem ser evitadas as acções particulares, em que cada unidade realiza acções que se confundem com acções CIMIC, tratando-se apenas de acções de propaganda.

Uma equipa de ligação deverá ter no mínimo um efectivo de 2 homens, pois será o efectivo mínimo para haver um apoio mútuo, em concordância com a estrutura da nossa unidade CIMIC.

Pergunta 4 - Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o reconhecimento das Forças Nacionais Destacadas?

Resposta 4 - A CGerCIMIC não deve ser utilizada para fazer propaganda, para melhorar o reconhecimento da FND, pois aí estamos a entrar no âmbito das PSYOPS.

Não tenho dúvida de que havia relevância para a própria CGerCIMIC se as forças nacionais destacadas integrassem elementos, como um contributo para a actuação CIMIC da força multinacional – numa perspectiva de “augmentees” do QG da força. A adopção desta modalidade traria benefícios para a própria CGerCIMIC, através da melhoria das competências dos seus efectivos, pelas experiências vividas no TO e na troca de conhecimentos com “experteos” em contexto multinacional, mas também porque naturalmente haveria incentivos para a permanência de pessoal no quadro da unidade.

Pergunta 5 - Qual o contributo que a Companhia Geral CIMIC poderá ter para o aumento do consentimento das partes em conflito?

Resposta 5 - De acordo com a doutrina, os elementos CIMIC são os primeiros a entrar no TO tendo em vista a preparação da aceitação da força. Por isso, um acto irreflectido, resultante de uma preparação inadequada, pode arruinar todas as hipóteses de sucesso no contributo para a aceitação, condicionando o emprego de outras unidades.

Mas não tenho duvida, o comandante de uma força tem que sentir que é aceite e tem que receber o “feedback” dos actores relevantes, e isso só se consegue através da ligação - e da possibilidade de interagir com aqueles actores, que podem condicionar a actuação da força – de forma aberta e numa relação de confiança mútua, papel que, da parte da força, é responsabilidade dos elementos CIMIC. A troca de informação, que não deve ser classificada, deve fluir abertamente entre as duas partes (CIMIC- actores relevantes). Só assim o comandante tem uma percepção exacta do TO, e em que medida pode ser afectado o cumprimento da missão.

Pergunta 6 - Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que ela apresentava?

Resposta 6 - A necessidade de ter alguém em permanência para tratar dos assuntos relacionados com a companhia, participar no planeamento de exercícios e no planeamento de acções de formação, na elaboração de quadros orgânicos e outras propostas essenciais, constituíram a principal limitação para o Comandante da unidade. Devíamos ser mais activos no planeamento, ter elementos em permanência no Estado-Maior do Grupo CIMIC Sul; poderiam ser guarnecidas posições por elementos da Companhia Geral CIMIC.

É evidente que não é fácil se tivermos em atenção o universo de recrutamento de pessoal em confronto com as competências requeridas para a Companhia Geral CIMIC, que são as “job descriptions”. Estas foram elaboradas pela CGerCIMI, com a colaboração com alguns camaradas que na altura integravam a Ordem de Batalha da companhia.

Nessa altura, a nossa fonte foram as “job descriptions” do Grupo CIMIC Sul, o que faz todo o sentido pelo facto de a Companhia Geral CIMIC poder vir a constituir uma unidade do grupo CIMIC Sul, nesse sentido as nossas competências devem ser concorrentes com as requeridas no grupo - não podemos ser elementos CIMIC de segundo plano.

Em face das exigentes competências requeridas, é essencial criar condições para que os militares que integrem a unidade, do Exército e dos outros Ramos, que as possam adquirir, de forma a que possamos facilmente oferecer uma célula da companhia, da dimensão que for requerida, para um exercício ou para uma força.

Para além da dificuldade no recrutamento do pessoal, os grande desafios da companhia neste momento são a formação do pessoal e a criação de incentivos à permanência na força, é também a necessidade de flexibilizar a estrutura orgânica para possibilitar flexibilidade no emprego e a necessidade de constituir um núcleo permanente para preparação da unidade e para trabalhar os assuntos CIMIC.

Pergunta 7 - Qual foi a finalidade e os objectivos principais do exercício *Armageddon* (feito no ano em que estava no comando)? A Companhia Geral CIMIC cumpriu com esses objectivos?

Resposta 7 - A finalidade era certificar a companhia, mas não foram atingidos os objectivos. No final admitiu-se que tinham sido cometidos alguns erros, decorrentes da preparação inadequada, e que era preciso orientar os trabalhos noutra direcção com vista a criar condições para que o comando da companhia e os diferentes órgãos da companhia pudessem organizar-se, planear e criar documentação.

Entretanto foi criada alguma documentação. O primeiro exercício foi em Dezembro e o segundo foi em Junho, tivemos este tempo disponível para preparar as Nep's da companhia, os planos de contingência, modelos de relatórios eTCor, mas o problema inicial subsistia. Na realidade a Ordem de Batalha da companhia não estava consolidada, aspecto crítico nas células do estado-maior da companhia, no entanto havia também dificuldade por parte dos outros ramos para indicar os elementos que constituíam o efectivo que integraria a unidade.

Os exercícios "Armageddon" permitiram identificar as limitações existentes.

APÊNDICE F – Guião da Entrevista 3 – FND na UNIFIL

ENTREVISTA

“As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar que inclui um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz”

1. O seu nome completo qual o período e quais são as funções que desempenhava quando esteve no Teatro de Operações da UNIFIL?
2. Como estava organizada a estrutura CIMIC da Companhia de Engenharia no Teatro de Operações da UNIFIL?
3. Existia alguém com formação na área CIMIC pertencente a esta equipa?
4. Quais as actividades CIMIC que foram realizadas no Teatro de Operações da UNIFIL?
5. Quais os principais problemas que foram encontrados no desenvolvimento das actividades CIMIC realizados pela Companhia de Engenharia no Teatro de Operações da UNIFIL?
6. De que forma é que as actividades CIMIC desenvolvidas no Líbano contribuíram para o reconhecimento da Companhia de Engenharia e para o aumento de consentimento da população no Teatro de Operações da UNIFIL?
7. A integração de uma força proveniente da Companhia Geral CIMIC nas Forças Nacionais Destacadas, seria uma mais-valia para o desenvolvimento das actividades CIMIC?
8. O desenvolvimento de actividades CIMIC em Operações de Apoio à Paz contribui para o cumprimento da missão do comandante?

APÊNDICE G – ENTREVISTA 4

Posto: Tenente - Coronel **Nome:** Rodrigues dos Santos

Cargo / Função:

Local: IESM

Data: 14Jul09

Pergunta 1 - O seu nome completo qual o período e quais são as funções que desempenhava quando esteve no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 1 - Tenente-Coronel de Engenharia José da Costa Rodrigues dos Santos, comandante da UnEng2/FND/UNIFIL, que esteve projectada no Teatro de Operações do Líbano de 25 de Maio a 27 de Novembro de 2007.

Pergunta 2 - Como estava organizada a estrutura CIMIC da Companhia de Engenharia no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 2 - A estrutura CIMIC da UnEng2/FND/UNIFIL era constituída essencialmente pelo oficial CIMIC (capitão de engenharia), que era apoiado pelo Comando e restante estado-maior nos seus estudos e planeamento. Em termos de execução, todas as subunidades da força estavam disponíveis para o cumprimento de missões neste âmbito.

Pergunta 3 - Existia alguém com formação na área CIMIC pertencente a esta equipa?

Resposta 3 - Em termos de formação, tanto o oficial CIMIC como o Comandante da força estava habilitada com o curso CIMIC ministrado no IESM.

Pergunta 4 - Quais as actividades CIMIC que foram realizadas no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 4 - Neste âmbito foram executados diversos trabalhos, dos quais se destacam pela sua dimensão e importância, a construção do parque público da vila de NAQOURA e a construção do parque infantil da escola de ZIBQIN.

Pergunta 5 - Quais os principais problemas que foram encontrados no desenvolvimento das actividades CIMIC realizados pela Companhia de Engenharia no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 5 - O desenvolvimento de frentes de trabalho em ambiente civil, designadamente aquelas que se enquadravam na actividade CIMIC, apresentavam características muito próprias, das quais se destacam a duração prolongada (atingindo várias semanas), as inevitáveis rotinas diárias de trabalho e a existência de pontos de passagem obrigatória, particularmente na vizinhança da frente de trabalho. Contudo, o aspecto mais crítico prendia-se com a impossibilidade de fazer deslocar diariamente todo o Equipamento de Engenharia envolvido para o quartelamento. Estas características incontornáveis conferiam um grau de vulnerabilidade significativo perante a ameaça terrorista existente no TO, particularmente porque ofereciam ao planeador o tempo suficiente para o estudo do “alvo” e definição da arquitectura do ataque. Além destes aspectos, a segurança nas frentes de trabalho era também influenciada pela ameaça constante da presença de UXO que interferiam com o desenvolvimento dos trabalhos, afectando consideravelmente o seu rendimento, designadamente no âmbito das construções horizontais. Assim, a conjugação destas duas ameaças obrigaram à adopção de procedimentos de segurança e protecção meticolosos. Além dos procedimentos adoptados nos deslocamentos e do esforço permanente em evitar rotinas, um aspecto basilar inalterável durante todo o período de execução da obra, prendia-se com o empenhamento permanente de uma equipa de segurança próxima que garantia que elementos hostis não se aproximavam do pessoal e equipamento, impedindo ainda acções de sabotagem ou armadilhamento de máquinas, bem como a introdução sub-reptícia de engenhos explosivos na envolvente do estaleiro. Além disso, do ponto de vista da execução do trabalho propriamente dito, após a atribuição de uma determinada missão de construção (particularmente de construções horizontais), a obra passa por várias fases, de acordo com a seguinte metodologia: antes da colocação de equipamento em estaleiro, era executada uma inspecção à área envolvente pela Equipa de Inactivação de Engenheiros Explosivos orgânica da Unidade. A duração dessa inspecção dependia de diversos factores, tais como o tipo de solo, a vegetação, o nível de contaminação do terreno com fragmentos metálicos (que obrigam a confirmação da existência ou não de um engenheiro explosivo) e naturalmente, da dimensão do estaleiro. Contudo, este procedimento não eliminava completamente o risco explosivo, uma vez que uma Limpeza de Área completa (designação militar para a eliminação do perigo explosivo para até uma probabilidade próxima de 1), é uma operação minuciosa e demorada, não compatível com a execução de trabalhos no período de seis meses de missão. As operações de desmatagem constituíam a fase mais crítica de todo o processo construtivo, sendo constituídas equipas mistas de operadores de equipamento de engenharia e especialistas EOD. No sentido de mitigar os riscos inerentes a essa tarefa, só

intervinham no trabalho o pessoal indispensável à sua execução. Quando era detectado um engenho explosivo este era sinalizado e os trabalhos prosseguiam até se julgar oportuno proceder à sua inactivação (normalmente procurava-se executar essa tarefa durante as horas de interrupção normal dos trabalhos).

Pergunta 6 - De que forma é que as actividades CIMIC desenvolvidas no Líbano contribuíram para o reconhecimento da Companhia de Engenharia e para o aumento de consentimento da população no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 6 - As actividades CIMIC desenvolvidas pela UnEng2/FND/UNIFIL contribuíram decisivamente para o reconhecimento e aceitação não só da força portuguesa, como das forças da UNIFIL em geral. Podemos dar como exemplo ilustrativo deste facto a construção do parque público da vila de Naqoura. A execução desta obra revestiu-se de particular importância, quer para a população do município, por se tratar de uma aspiração antiga, quer para o Comando da UNIFIL, porquanto permitiu um estreitar de relações muito importante com a comunidade onde o seu quartel-general está instalado.

Pergunta 7 - A integração de uma força proveniente da Companhia Geral CIMIC nas Forças Nacionais Destacadas, seria uma mais-valia para o desenvolvimento das actividades CIMIC?

Resposta 7 - Neste caso concreto, dado tratar-se de uma unidade de engenharia de construções que já tem valências adequadas para o desenvolvimento de actividades CIMIC, parece-me não ser necessário incorporar uma força proveniente da companhia geral CIMIC, para o desenvolvimento deste tipo de actividades.

Pergunta 8 - A integração de uma força proveniente da Companhia Geral CIMIC nas Forças Nacionais Destacadas, seria uma mais-valia para o desenvolvimento das actividades CIMIC?

Resposta 8 - O desenvolvimento de actividades CIMIC em Operações de Apoio à Paz contribui para o cumprimento da missão do comandante, pelo que facilita no reconhecimento e aceitação da força, o que efectivamente aconteceu nesta missão, já que pela obra realizada os militares da UnEng2 foram alvo dos mais rasgados elogios por parte das mais variadas autoridades locais, sendo unanimemente reconhecido que estes soldados de engenharia portugueses deixaram uma marca indelével do seu excepcional desempenho e profissionalismo ao serviço da paz mundial, dignificando e honrando a Engenharia Militar, o Exército e Portugal além fronteiras.

APÊNDICE H – ENTREVISTA 5

Posto: Major

Nome: Belo Quaresma

Cargo / Função:

Local: Estado Maior do Exército

Data: 6Ago09

Pergunta 1 - O seu nome completo qual o período e quais são as funções que desempenhava quando esteve no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 1 - Nuno Miguel Belo Quaresma, aprontamento de 03 a 20 de Novembro de 2006, Missão de 24 de Novembro de 2006 a 25 de Maio de 2007.

Funções – Chefe do COT, Coordenador do EM da UnEng1 e Oficial de Operações, Informações, Segurança e Relações Públicas.

Pergunta 2 - Como estava organizada a estrutura CIMIC da Companhia de Engenharia no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 2 - O oficial CIMIC (sem formação específica na área) acumulava com as funções de oficial EOD e de Comandante do Módulo de Apoio. Na prática, eu como coordenador do EM, envolvia-me directamente nas actividades de CIMIC e apoiava o oficial nomeado (de acordo com o QOP da Força) e em algumas das reuniões com entidades civis e coordenações com o escalão superior e adjacentes.

A UnEng1 é uma das unidades dependentes directamente do Cmdt da UNIFIL II. Sendo assim, o oficial CIMIC da Un tem assento e coordena as suas actividades directamente com o J9 da UNIFIL II.

Recordo que em CIMIC todos têm responsabilidades dentro da unidade e no nosso caso várias foram os militares que a realizaram, destacando-se o Cmdt e 2º Cmdt.

Pergunta 3 - Existia alguém com formação na área CIMIC pertencente a esta equipa?

Resposta 3 - Apenas eu tinha essa formação (Operational/Tactical CIMIC Course do SHAPE/NATO e coordenador e formador nos cursos de CIMIC – nível tático da EPE).

Pergunta 4 - Quais as actividades CIMIC que foram realizadas no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 4 - Actividades de ligação com as autoridades civis locais e ONG e de apoio à população civil. Este apoio à população civil foi realizado nas aldeias circundantes ao aquartelamento da Unidade, nomeadamente:

- Tayr Harfa – limpeza de entulho e destroços de vias de comunicação e compactação de caminhos agrícolas;
- Al Jibbayn – compactação de caminhos agrícolas;
- Alma Ash Sha'b – desmatção e construção de plataforma para parque infantil e construção de plataformas para cemitério local;
- Naqoura – acções de formação (em escolas) na área dos primeiros socorros e identificação de engenhos explosivos e construção de parque para escola local.

De acordo com as directivas do Exm.º Cmdt da UnEng1, as actividades envolviam sempre tarefas em que os materiais eventualmente necessários eram fornecidos pela entidade apoiada ou pelo município local. O contributo da UnEng1 era realizado com recursos humanos e materiais ao dispor da Unidade – equipamento de engenharia (movimento e transporte de terras), equipas de construções verticais (com as respectivas ferramentas) e pareceres técnicos.

Pergunta 5 - Quais os principais problemas que foram encontrados no desenvolvimento das actividades CIMIC realizados pela Companhia de Engenharia no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 5 - Os problemas dividem-se em duas áreas:

Ao nível interno na UNIFIL II – as acções no terreno de CIMIC são consideradas (ainda e infelizmente) como responsabilidade das Nações. Sendo assim não existia um projecto concreto da UNIFIL na real utilização das Unidades de Engenharia em prol da melhoria das condições de vida das populações locais. Por outro lado, cada força actua (embora todas enquadradas pelas cores da ONU) em função da sua bandeira, procurando realizar tarefas que prestigiem essa mesma bandeira, ao invés do bem comum para a população em geral ou da ONU em particular. Estando a UnEng 1 na área geográfica de responsabilidade da Brigada de Comando italiano, o G9 desta Brigada procurou desde sempre “coordenar” todas as actividades realizadas pela UnEnb1 e definir o que fazer, onde e em prol de quem. Esta questão foi posteriormente esclarecida, embora os documentos oficiais da UNIFIL II (OOp) referissem que a responsabilidade das actividades CIMIC em determinada área pertencia aos Cmds das Brigadas. As acções realizadas derivaram de propostas da própria Unidade e foram autorizadas pelo J9 porque não envolviam gastos para a UNIFIL II, nem colocavam em causa o cumprimento das tarefas atribuídas à Unidade

(de acordo com a sua missão, a tarefa principal era a construção, reparação e/ou manutenção de aquartelamentos para as unidades da UNIFIL II).

Ao nível externo – as populações locais tinham (e ainda penso que têm) o apoio de organizações e movimentos ligados a partidos islâmicos, sendo estes o garante de alguma reconstrução de infra-estruturas e habitações, bem como de apoio monetário para as famílias desfavorecidas. Estas organizações vêem assim o seu apoio popular reforçado e a sua actividade legitimada. Este cenário provoca alguma desconfiança às autoridades locais (civis) no apoio de unidades militares da UNIFIL II às populações do TO. Pareciam temer alguma “simpatia” ou reconhecimento por parte dessas mesmas populações em relação às forças internacionais.

Quando se lidava directamente com as pessoas necessitadas, nunca existiam problemas ou entraves, tendo, pelo contrário, se conseguido ganhar um clima de amizade, confiança e reconhecimento mútuos.

Pergunta 6 - De que forma é que as actividades CIMIC desenvolvidas no Líbano contribuíram para o reconhecimento da Companhia de Engenharia e para o aumento de consentimento da população no Teatro de Operações da UNIFIL?

Resposta 6 - Pegando na resposta anterior, poderemos dizer que tiveram um contributo decisivo, reforçado pela postura profissional, de generosidade, aberta e franca por parte dos militares (quadros e tropas), dentro e fora do aquartelamento. No período referido nunca as viaturas da Unidade foram apedrejadas (quase diariamente as Forças tinham alguns incidentes em alguns itinerários) nem existiram problemas com os militares. É um facto provado e testemunhado, que este tipo de actividades estreita a relação com as autoridades civis locais (e até com as militares, porque acabam por existir contactos para coordenações, ou simplesmente vêm a saber do que é realizado) e com as populações locais, apoiando assim o Cmdt da Força em particular, e da UNIFIL II em geral, na sua liberdade de movimento e protecção da força.

Pergunta 7 - A integração de uma força proveniente da Companhia Geral CIMIC nas Forças Nacionais Destacadas, seria uma mais-valia para o desenvolvimento das actividades CIMIC?

Resposta 7 - Hoje em dia é impensável qualquer unidade (escalão companhia ou superior) ser constituída sem ter pelo menos um elemento/órgão directamente responsável por esta função. Se estes militares ou órgão forem provenientes da CompGeral CIMIC, terão, à partida, a vantagem da formação e experiência específicas.

Mas tudo depende da missão da FND, qual o “conceito” de CIMIC para o TO e Comando onde esta força se vai integrar (podem existir TOs em que existem unidades

nacionais ou multi-nacionais que são responsáveis por toda a actividade CIMIC) e, finalmente, do que o país (Portugal) pretende que a Unidade realize. Por exemplo, se o País enviar uma força para um TO, onde os interesses (sejam eles económicos, culturais ou diplomáticos) de Portugal sejam de importância fundamental, até pode enviar um Destacamento CIMIC (normalmente de apoio a um batalhão ou brigada) juntamente com uma Companhia; tudo depende do que o País quer e que tipo de recursos (essencialmente financeiros para executar projectos concretos) pretende investir nesse TO.

Pergunta 8 - A integração de uma força proveniente da Companhia Geral CIMIC nas Forças Nacionais Destacadas, seria uma mais-valia para o desenvolvimento das actividades CIMIC?

Resposta 8 - Por definição e pela prática (acresço a experiência pessoal como Cmdt do Destacamento de Engenharia do 2ºBIMoto/SFOR no TO da BiH em 1997), é essa a função das actividades CIMIC. Poderei até dizer que actualmente, e reportando-nos ao nível operacional e estratégico de uma operação, não é possível ter sucesso (se a missão for de estabilização – PSO) sem considerar as actividades CIMIC no planeamento. Tudo se pode tornar mais fácil e com soluções mais estáveis e duradouras se estas actividades forem consideradas, planeadas, “percebidas” pela Força e executadas com uma verdadeira coordenação com as autoridades civis, população em geral e ONGs presentes no TO, tendo em vista uma transição atempada e devidamente programada de algumas das responsabilidades da Unidade militar para outros actores.

ANEXOS

ANEXO I – O Surgimento da OTAN

A Organização do Tratado do Atlântico Norte, também chamada de Aliança Atlântica, é uma organização de colaboração militar estabelecida em Washington no dia 4 de Abril de 1949. A Organização foi criada no contexto da Guerra Fria em que os países membros estabeleceram um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e contraíram uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros, ou seja, comprometeram-se a assegurar a defesa colectiva contra qualquer forma de agressão e manter um ambiente seguro para o desenvolvimento da democracia e para o crescimento económico. (NATO Handbook, 2001)

O seu aparecimento derivou da tentativa hegemónica da URSS, logo após a 2ª Guerra Mundial, que levou à união dos seus membros fundadores: Portugal; EUA; Canadá; França; Itália; Reino Unido; Islândia; Bélgica; Holanda; Noruega Luxemburgo e Dinamarca. Mais tarde, e durante a Guerra Fria aderiram em 1951 a Grécia e a Turquia, e em 1954 a Alemanha Ocidental que a 3 de Outubro de 1990, se vai unir à Alemanha Oriental reunificada formando actualmente a Alemanha, e por último, em 1981 a Espanha. Após a Guerra Fria aderiram a 12 de Março de 1999, a República Checa, Hungria e Polónia, a 29 de Março de 2004 os últimos países a aderir foram Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e, por último, Eslovénia. (NATO Public Diplomacy Division, 2004)

“Hoje, a Aliança está envolvida numa gama cada vez mais vasta de actividades, destinadas a promover a cooperação com a Rússia, a Ucrânia e outros países não membros da OTAN e a enfrentar de forma activa os novos desafios da segurança do século XXI, como os representados pelo terrorismo internacional e a proliferação das armas de destruição maciça. Para se manter eficaz na defesa e promoção da segurança neste novo ambiente de segurança em rápida evolução, a Aliança está empenhada numa transformação, que afecta todos os aspectos da sua agenda, com novas missões, novos membros, novas capacidades, novas parcerias e novas formas de actuar.” (NATO Public Diplomacy Division, “A OTAN no sec. XXI”, p.04, 2008)

ANEXO II – Capacidades Físicas da Cooperação Civil – Militar

A componente física da Capacidade CIMIC é constituída por três elementos: pessoal para planear e aconselhar o Comandante, um Grupo CIMIC para executar as operações CIMIC, e os recursos adicionais que serão retirados da força para as tarefas específicas. (DUARTE, 2008) Estes elementos são mostrados em diagrama na figura e descritos abaixo:

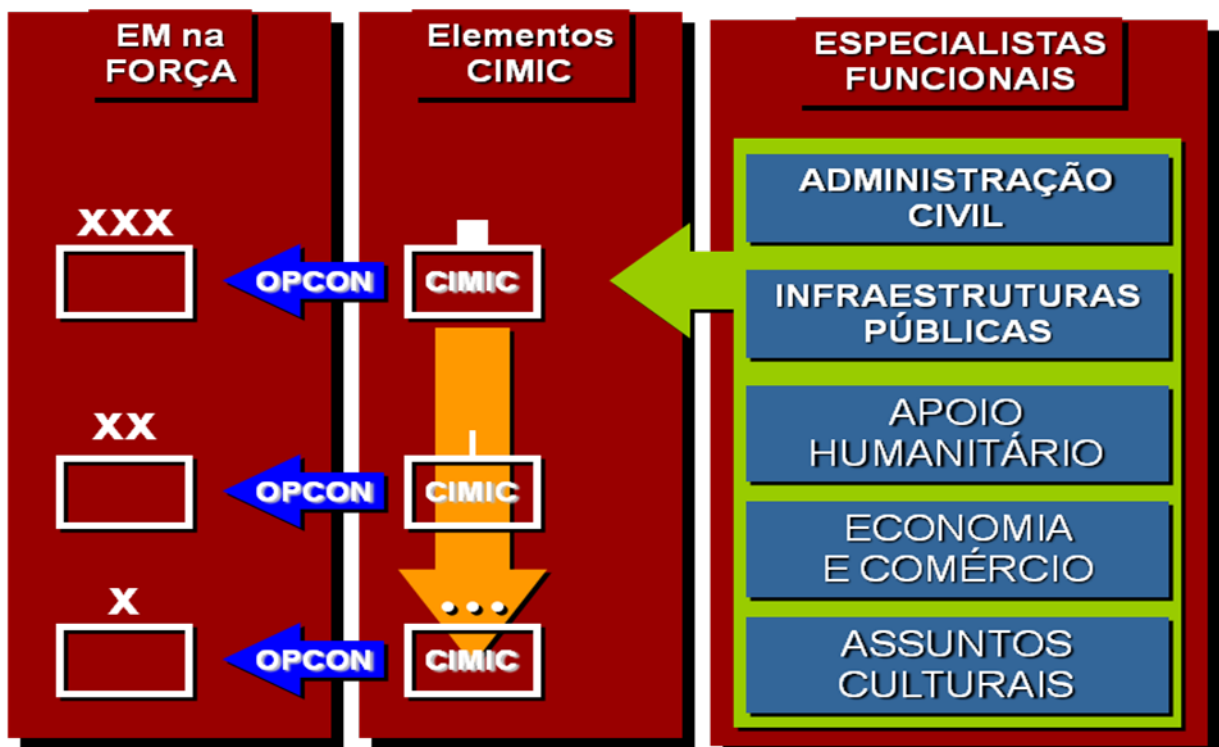


Figura 4: Capacidades Físicas da CIMIC
Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, IESM, 2009)

Estado-Maior da Força – Dependendo da missão, assim varia o tamanho e a organização do EM não tendo, como tal, um modelo pré-definido, sendo uma estrutura que se adapta à situação e existindo a todos os níveis. É aumentada em altura de crises, podendo ser reforçada com especialistas funcionais. (DUARTE, 2008)

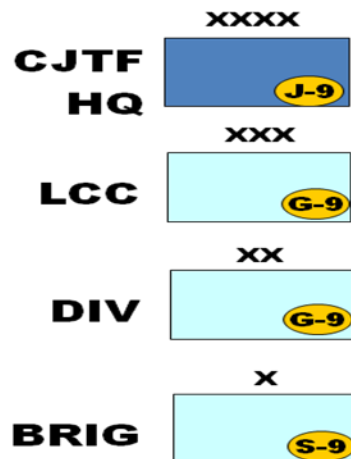


Figura 5: Divisão do Estado Maior nos diferentes níveis

Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, IESM, 2009)

No que concerne à célula J9, geralmente esta tem as seguintes atribuições: (Curso CIMIC, IESM, 2009)

- Estabelecer e manter ligação com os actores civis ao nível adequado;
- Efectuar o planeamento conjunto ao nível estratégico e operacional;
- Avaliar o ambiente civil, incluindo as necessidades locais;
- Inspeccionar a conduta das actividades civis realizadas pelas forças militares, incluindo a dos especialistas funcionais;
- Trabalhar para uma transição suave das responsabilidades civis para as autoridades adequadas;
- Aconselhar o Comandante em todos os aspectos de CIMIC.

Vamos agora ver a organização interna padrão da célula J9:

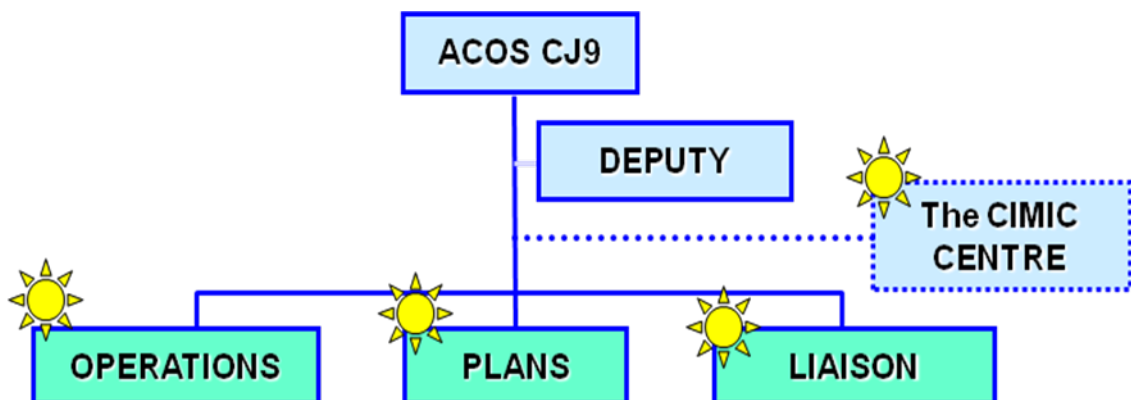


Figura 6: Organização do J9

Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, IESM, 2009)

As tarefas de cada área são as seguintes: (Curso CIMIC, IESM, 2009)

- **Assessor (*Deputy*):** Tem como funções prestar assessoria ao CJ9, e suporte administrativo;
- **Operações (*Operations*):** Tem como funções, a gestão das linhas de actividade CIMIC, a gestão da informação e a preparação de *briefings* e relatórios;
- **Planos (*Plans*):** Prepara e desenvolve todos os planos necessários para a condução da missão CIMIC.
- **Ligação (*Liaison*):** Tem como tarefa o relacionamento e ligação com os actores civis.

Grupos CIMIC – A sua constituição é modular e adapta-se conforme a missão, pode apresentar uma constituição nacional ou multinacional, e incluir especialistas funcionais.

A sua principal tarefa é conduzir as operações CIMIC de acordo com o plano CIMIC pré – estabelecido, sendo constituída por um Comando e EM de controlo e por especialistas funcionais da área civil, que têm como função executarem as tarefas não pertencentes ao leque de especialidades e experiencia do Exército. (NUNES, 2003)

Estes Grupos têm como finalidade principal o aconselhamento e a execução de projectos.

Especialistas Funcionais – “Conjunto de indivíduos, militares ou civis com valências específicas inexistentes na área de operações. São necessários para assistir na avaliação, análise, planeamento e se exigido na execução de projectos específicos.” (DUARTE, Os desafios colocados à CIMIC na condução das operações militares, 2008, pág.9)

Recursos – A maior parte dos recursos CIMIC para executar a execução das acções são provenientes da força a que se presta apoio, sendo utilizados frequentemente, para operações CIMIC específicas.

ANEXO III – CIMIC Group South

O CGS foi criado em 2002, em Itália e tem como países constituintes Portugal, Itália, Roménia, Grécia e Hungria. Este grupo detém o encargo operacional, podendo ser chamado a intervir em missões artigo 5º e missões não-artigo 5º e tem como tarefas gerais: guarnecer os Comandos subordinados da componente terrestre de elementos de apoio CIMIC; disponibilizar apoio de especialistas funcionais; estabelecer um ou dois Centros CIMIC, conforme a situação; conduzir actividades CIMIC; manter um relacionamento pró-activo com as organizações civis; estimar custos de projectos, actividades e operações e missões CIMIC e estudos e avaliações de situação.

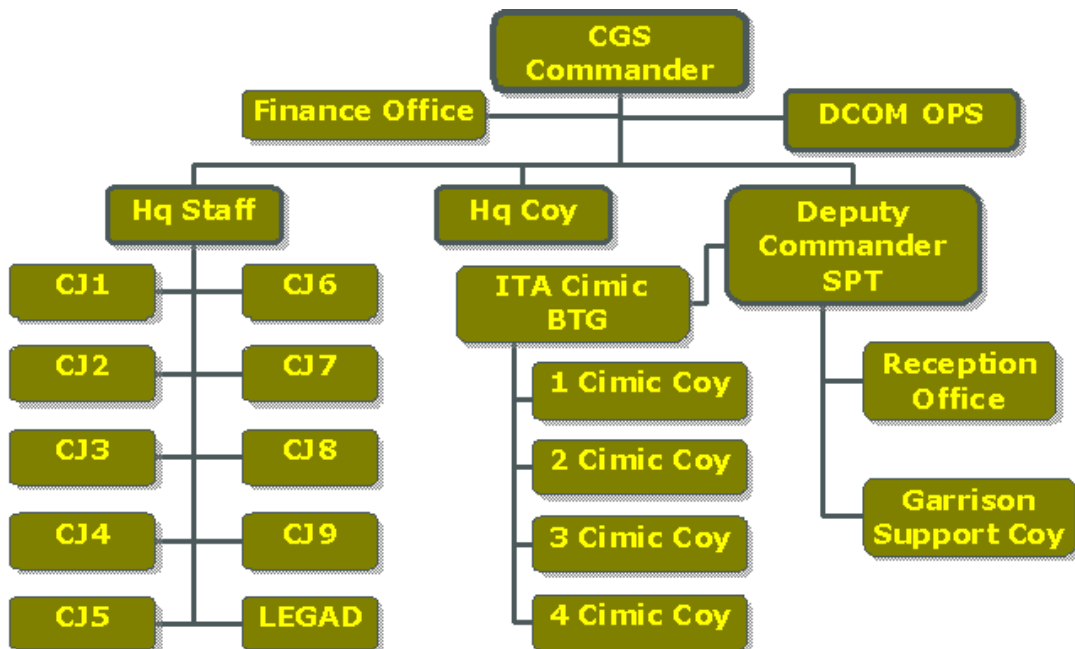


Figura 7: Estrutura do Grupo CIMIC Sul

Fonte: (www.cimicgroupsouth.org)

O CGS tem o seu Quartel – General localizado em Itália e comporta as seguintes estruturas: Estado – Maior, Companhias CIMIC e os Especialistas Funcionais. As Companhias CIMIC, estão subordinadas a um Batalhão Italiano e tal como os especialistas funcionais são forças disponibilizadas pelos países participantes do CGS. É constituído por quatro Companhias CIMIC, sendo uma de cada país participante, excepto a participação italiana que é feita ao nível de Batalhão. Em relação aos especialistas funcionais, estes podem ser militares na reserva ou civis e são elementos especialistas em áreas como a administração civil, ajuda humanitária, infra-estruturas, cultura e economia, e tem como função aconselhar nestas áreas referidas.

ANEXO IV – Tarefas Gerais da CIMIC nas fases das Operações Militares⁶⁸

A aplicação das actividades CIMIC na NATO difere, caso estejamos a tratar de operações artigo 5º ou operações não artigo 5º. Estas diferenças relacionam-se não só com o ambiente operacional onde decorrem, mas também com o tipo de relação existente entre os militares e as organizações e autoridades civis. No entanto, há uma série de tarefas a nível operacional, realizadas pelas equipas CIMIC, que diferem nestes dois tipos de operações, mas que se agrupam em fases comuns às mesmas. Segundo o AJP-09, estas fases são: Fase pré-operacional, Fase operacional, Fase de Transição.

Fase pré-operacional

Assim que possível o pessoal CIMIC irá prestar auxílio à força aliada para lidar com as condições civis que encontrará na área de operações conjunta.

Para tal, é necessário ter em consideração os seguintes aspectos:

- **Planeamento**

Nesta fase o planeamento é crucial, como tal, o pessoal CIMIC efectua o seu planeamento de modo a integrar-se na operação, assegurando desta forma que todos os aspectos relacionados com a dimensão civil estejam incluídos no planeamento. Estes aspectos são planeados com base nos reconhecimentos e numa avaliação detalhada do TO que irá incluir a história política e cultural, a situação do estado e do governo local, a administração civil e dos serviços, as necessidades da população civil, os refugiados, a capacidade e intenções das OI e ONG, as infra-estruturas civis, a economia e o comércio.

- **Aconselhar o Comandante**

Nesta fase o comandante deverá ser aconselhado de todos os aspectos respeitantes à população que poderão condicionar a missão.

- **Treinos e Formação**

Treino e formação de todos os aspectos relativamente ao CIMIC devem ser ministrados à força militar.

⁶⁸ Tradução Livre do (AJP- 09, Cap. 3, p. 1, 2003)

Fase operacional

É nesta fase que a CIMIC assume o seu papel principal assegurando uma cooperação civil-militar em apoio à missão do Comandante. Isto requer o estabelecimento de relações com o maior número de actores civis, como tal, a existência de relações com algumas organizações não exclui a necessidade de estabelecer outras relações com actores identificados no decorrer do processo de avaliação. Na base desta cooperação existem seis actividades a realizar:

- **Comunicação**

Uma cooperação efectiva só é possível se existir uma constante comunicação a todos os níveis. O comandante, por outro lado, deverá demonstrar-se disponível se manter em contacto com os líderes políticos locais e os responsáveis máximos pelos mandatos das OI e ONG. Da mesma forma, os oficiais de ligação poderão ser utilizados para manter este contacto, pois, nesta fase, é extremamente importante manter uma comunicação pró-activa.

- **Troca de Informação**

A CIMIC tem a valência de funcionar como um ponto de troca de informações entre civis e militares, como tal muitas vezes os civis podem fornecer informação importante à condução das operações.

- **Coordenação**

Dado a existência de diferentes mandatos, culturas e perspectivas, tem de haver uma necessidade constante de coordenar as actividades para garantir que as metas traçadas a longo prazo não sejam comprometidas.

- **Facilidade de Acordos**

O pessoal CIMIC nas suas relações com os actores civis, irá facilitar a elaboração de qualquer tipo de acordo formal que seja requerido para apoiar a cooperação civil-militar.

- **A Conduta das Actividades CIMIC**

Pode haver a necessidade de realizar actividades no âmbito da CIMIC de modo a completar alguma falta existente na prestação de algum serviço, ou até mesmo, de alguma instalação necessária a sustentação da vida da população local e para assegurar uma estabilidade e sustentabilidade a longo prazo dentro da área de operações conjunta.

Estas faltas existentes surgem muitas vezes devido à incapacidade temporária das autoridades civis para atender às necessidades da população, como tal, a redução destas necessidades por parte da força militar será realizada dentro das capacidades e limitação da força e conduzida dentro de um plano que, no fim, permita a transição das responsabilidades para as autoridades civis.

- **Avaliações**

A realização de qualquer actividade tem por base uma avaliação contínua, que inclui a natureza e a dimensão de qualquer aspecto civil relacionada com as faltas que necessitam de serem preenchidas e com a identificação e adaptação de um caminho ajustável à posterior passagem de responsabilidades na fase de transição.

Fase de Transição

Nesta fase irá ocorrer uma transferência de soberania para as autoridades civis mandatadas, sempre que possível de uma forma suave e harmoniosa.

ANEXO V – Descrição da estrutura da CGerCIMIC⁶⁹

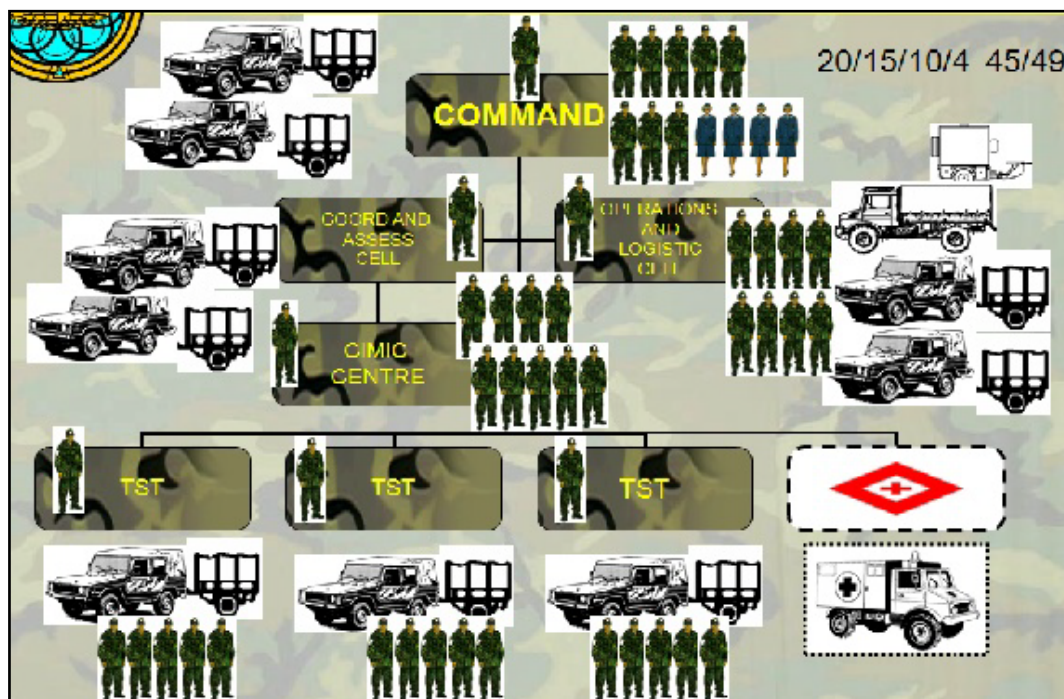


Figura 8: Quadro Orgânico de Pessoal e Material

Fonte: (Curso CIMIC Nível - Tático, IESM, 2009)

A Companhia Geral CIMIC é uma unidade conjunta sendo constituída por 33 militares do Exército, 14 da Marinha e 7 da Força Aérea. Esta Unidade é constituída pela seguinte estrutura: Comando, Célula de Avaliação Civil, Célula de Operações, Célula Logística e três Destacamentos CIMIC. Esta unidade está agregada ao CGS, da OTAN, localizado em Itália, desde Fevereiro de 2004, onde se comprometeu a filiar as suas *CIMIC Support Units*.

Vamos agora descrever cada uma das suas componentes:

- **Comando**

É responsável por dirigir, coordenar e orientar todas as tarefas da CGerCIMIC, principalmente as que estão ligadas à formação e treino dos militares que a compõem, bem como todos os aspectos de carácter operacional da Companhia. O Comando é ainda constituído por Oficiais de ligação às OI, ONG e quaisquer outras entidades julgadas necessárias, quando em operações. O seu Comandante será sempre um Oficial do Exército com o posto de Tenente-Coronel e o Comando é constituído por sete militares do Exército.

⁶⁹ Informação retirada das NEP's da CGerCIMIC, 2009

- **Célula de Avaliação Civil**

É responsável por realizar e manter actualizados os estudos sobre a situação civil na área de operações da responsabilidade da CGerCIMIC, e também tem a função de alertar o comando sobre possíveis interferências da população na missão da Companhia e construir e manter actualizada uma base de dados sobre o ambiente civil. Esta célula é constituída por seis militares, todos pertencentes ao Exército.

- **Célula de Operações**

É responsável por coordenar os assuntos relativos ao planeamento de operações, elaborar, e manter actualizados os planos de contingência para a projecção e emprego da Companhia; organizar, dirigir, monitorizar e manter actualizados os projectos a realizar na área de operações da Companhia; providenciar a actualização da situação corrente CIMIC da área de responsabilidade da Companhia; elaborar e manter actualizada a situação das nossas forças; manter a ligação com a célula de operações do escalão superior, principalmente nas áreas de Informação pública e *PsyOps* e implementar as medidas de protecção da força superiormente aprovadas. Esta célula é composta por seis militares dos três Ramos das FFAA, sendo o chefe, um oficial do Exército.

- **Célula de Logística**

Responsável por elaborar os planos de necessidade de material da Companhia, assegurar o apoio logístico ao funcionamento da Companhia e assegurar o apoio administrativo. Esta célula é constituída por cinco militares da Marinha e Exército, sendo o chefe um Oficial da Marinha.

- **Destacamentos CIMIC**

A Companhia é constituída por três destacamentos CIMIC responsáveis por estabelecer um centro CIMIC.

ANEXO VI – Forças Nacionais destacadas na UNIFIL

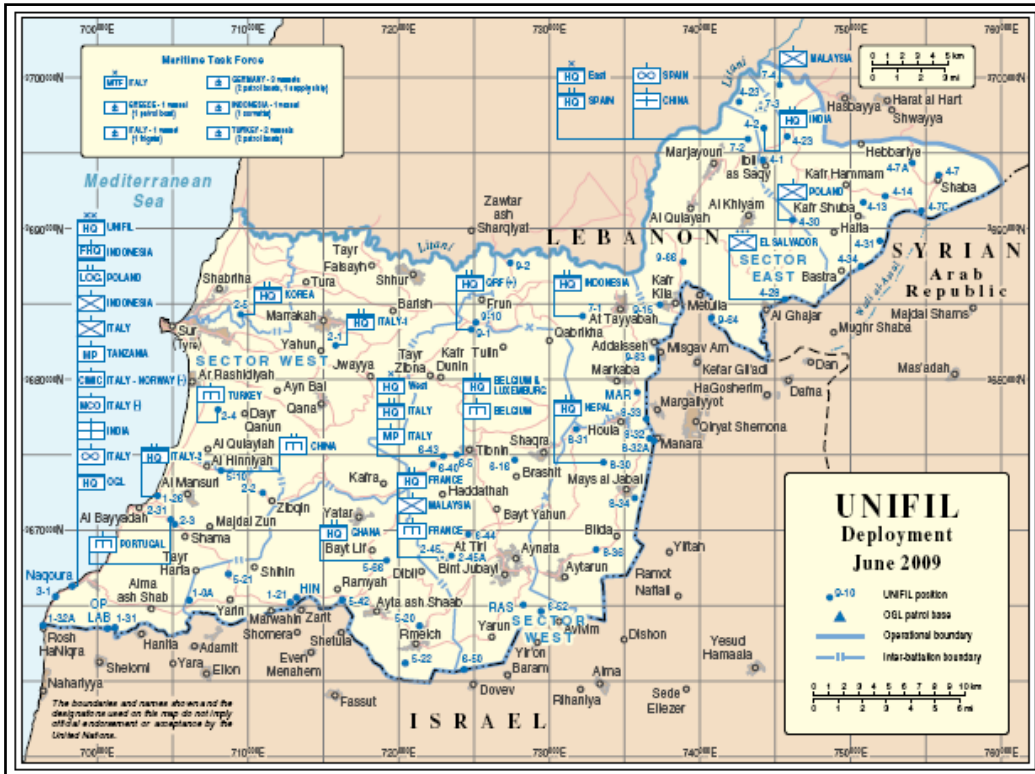


Figura 9: Mapa do TO da UNIFIL, página oficial da UNIFIL
Fonte: www.un.org



Figura 10: Ligação com as autoridades civis
Fonte: (UnEng4/FND/UNIFIL, CmdOp, 2009)



Figura 11: Ligação com as autoridades civis
Fonte: (UnEng4/FND/UNIFIL, CmdOp, 2009)



Figura 12: Rastreio Clínico em SHAMA
Fonte: (UnEng4/FND/UNIFIL, CmdOp, 2009)



Figura 13: Prevenção Oral em ALMA CHAAB
Fonte: (UnEng4/FND/UNIFIL, CmdOp, 2009)



Figura 14: Construções em ALMA CHAAB
Fonte: (UnEng4/FND/UNIFIL, CmdOp, 2009)



Figura 15: Encerramento da Construção Parque Público em NAQOURA
Fonte: (UnEng1/FND/UNIFIL, CmdOp, 2009)